

# Relatório de Administração Cagece

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ  
AV. DR. LAURO VIEIRA CHAVES, 1030, VILA UNIÃO, FORTALEZA-CE, BRASIL

# SUMÁRIO

## Sumário

SUMÁRIO.....	2
1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
2. CENÁRIO.....	5
2.1. Situação hídrica .....	8
3. CONCESSÕES.....	9
4. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	10
4.1. Composição acionária .....	12
5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2019-2023 .....	13
5.1. Plano de Negócio.....	14
6. GESTÃO DE PESSOAS .....	15
7. INVESTIMENTOS .....	16
7.1. Fontes de Recursos e Cobertura de Serviços.....	16
7.2. Principais Obras Concluídas em 2018 .....	18
7.3. Principais Obras em Andamento .....	19
7.4. Investimentos com Tarifa de Contingência .....	19
7.5. Captação de Recursos.....	20
7.6. Serviço da Dívida .....	20
8. TARIFAS .....	21
9. PRODUTOS CAGECE.....	22
9.1. Volume Produzido e Fornecimento de Água Tratada .....	22
9.2. Coleta, Tratamento de Esgoto e Resíduos .....	24
9.2.1. Resíduos .....	25
10. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO .....	26
10.1. Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto .....	26
10.2. Custos e Despesas.....	27
10.3. Resultado Financeiro .....	28
10.4. Resultado Líquido .....	29
11. PERSPECTIVAS DO NEGÓCIO .....	29
11.1. Pesquisa e Desenvolvimento .....	29
12. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES .....	31

# 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) trabalha com a missão de contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos cearenses, promovendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Em prol do alcance de sua missão, a companhia preza pela transparência na apresentação das políticas e ações realizadas. Desta forma, submete à apreciação dos clientes, fornecedores, acionistas e ao mercado em geral o presente Relatório da Administração exercida durante o ano de 2018.

A Cagece é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Governo do Ceará, por meio da Secretaria das Cidades, criada pela Lei Nº 9.499 de 20 de julho de 1971 e alterada pela Lei 15.348 de 02 de maio de 2013. A partir da alteração da Lei e atualização do Estatuto Social, seu escopo de atuação foi ampliado para incluir a prestação de serviços em consultoria técnica, o planejamento e a elaboração de projetos de saneamento, inclusive de resíduos sólidos (reúso/aterros sanitários) e geração de energia (biogás); a execução, a ampliação, a remodelagem e a exploração dos serviços no estado do Ceará, em outros estados da Federação e no exterior.

Em 2018, dos 184 municípios do Ceará, a companhia atuou na prestação de serviços de abastecimento de água em 151 e três distritos no município de Sobral (Aprazível, Taperoaba e Jaibaras). São atendidas 313 localidades no total, o que representa 5,42 milhões de habitantes beneficiados, cobrindo 98,27% da população urbana dos municípios operados pela Cagece. Na capital, são 2,61 milhões de pessoas atendidas pelo serviço de abastecimento de água, alcançando um índice de 98,59% de cobertura. No interior, 2,81 milhões de pessoas atendidas, representando 98,01% da população na área de atuação da companhia.

Já com os serviços de esgotamento sanitário, a Cagece atende a 74 municípios cearenses e 87 localidades, beneficiando cerca de 2,4 milhões de habitantes, o que representa 42,38% de cobertura da população atendida. Na capital, o índice de cobertura de esgoto é de 61,73%, equivalente a 1,63 milhão de habitantes, e no interior, o percentual de cobertura dos serviços de esgoto é de 26,82%, sendo 789 mil habitantes beneficiados com sistema de esgotamento sanitário na área de atuação da Cagece.

Em relação aos investimentos realizados, ratificando o compromisso da empresa com a universalização dos serviços, a companhia manteve o patamar de investimentos dos últimos cinco anos, investindo, em 2018, R\$ 182,2 milhões em implantação, ampliação e melhorias de

sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Diante do cenário de escassez hídrica mantido em 2018, a Cagece intensificou trabalhos relacionados às perdas de água. A implementação da Tarifa de Contingência<sup>1</sup> possibilitou realizar investimentos nos serviços de combate às fraudes e reduzir para 8 horas o tempo para a retirada de vazamentos na rede de abastecimento em Fortaleza e Região Metropolitana. Além disso, houve investimentos nas ações de economia de água, como a recirculação das águas de lavagem dos filtros da Estação de Tratamento do Gavião (ETA Gavião).

Atenta ao futuro e pensando de forma inovadora, em 2018 avançamos no projeto para implementação de Planta de Dessalinização de Água Marinha para a Região Metropolitana de Fortaleza. O projeto prevê a construção de um equipamento que produzirá 1 m<sup>3</sup> de água por segundo, 12% da água necessária para abastecer a capital e Região Metropolitana (RMF), com capacidade de atender a demanda de abastecimento para 720 mil pessoas.

A companhia é operada por uma força de trabalho composto de 5.020 colaboradores próprios, terceiros e comissionados, além disso, fazem parte do quadro 244 estagiários e 76 jovens aprendizes comprometidos com a missão da companhia. No âmbito da gestão de pessoas, a companhia também garantiu maior valorização profissional por meio de benefícios e mais qualidade de vida aos colaboradores por entender que uma empresa responsável se faz também com uma equipe motivada.

No que se refere à sustentabilidade e requisitos legais de preservação do meio ambiente, a Cagece incentiva continuamente a mobilização social e o desenvolvimento comunitário por meio de um conjunto de ações socioambientais. Entre os programas e campanhas de responsabilidade e interação social desenvolvidos pela companhia, destacam-se o Projeto Reciclocidades, o Programa Socioambiental de Educação em Saúde, Capacitação Profissional e Inclusão Digital e a Campanha Todos Pela Água, adotada de forma permanente pelo Governo do Ceará e que tem como objetivo alertar a população sobre a crise hídrica do estado e sensibilizá-la quanto ao uso da água de modo responsável.

Essas iniciativas foram reconhecidas através de premiações no setor:

i) Prêmio Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS Brasil, na categoria “Organização

---

<sup>1</sup>Tarifa de Contingência - mecanismo consiste na cobrança de um valor adicional pelo volume de água que ultrapassar a meta de economia estabelecida para cada cliente nos termos estabelecidos pela Resolução nº 201/2015 – ARCE.

Sem Fins Lucrativos”, no qual a companhia foi vencedora com o Modelo de Gestão Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar). O projeto concorreu com 1.038 inscritos de 729 instituições. O Prêmio ODS Brasil foi lançado em 2018, pelo Governo Federal, com o objetivo de incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para o alcance das metas da Agenda 2030 em todo o território nacional. Visa reconhecer projetos, programas, tecnologias ou outras iniciativas alinhadas aos ODS que promovam soluções que contemplem os aspectos sociais, ambientais e econômicos que são essenciais para inspirar e engajar pessoas e instituições, e multiplicar soluções sustentáveis e transformadoras nos territórios onde estão inseridas;

ii) O projeto Água para Cidadania foi vencedor do I Prêmio Arce de Excelência em Regulação. O projeto, iniciado em novembro de 2017, beneficiou cerca de seis mil pessoas em quatro comunidades da capital e tem seu foco voltado para áreas com alta incidência de ligações clandestinas. O projeto-piloto foi implantado nas comunidades de Jagatá, Novos Barreiros, São Francisco e Lagoa do Tronco.

Desta forma, a Cagece entende que a adoção de medidas na convivência com a seca, o compromisso com o meio ambiente e a busca pela melhoria dos serviços prestados à população são condutas que, aliadas à valorização de seus profissionais, contribuem significativamente para que a companhia possa garantir saúde e qualidade de vida da população e, ainda, promover soluções em saneamento básico com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

## 2. CENÁRIO

Em 2018, destaca-se, principalmente no cenário do saneamento básico, a polêmica Medida Provisória (MP) 844/2018 que visava alterar o marco legal da Lei do Saneamento no Brasil com possibilidade de mudar a relação das concessionárias com os municípios. A referida MP perdeu sua validade em 19 de novembro de 2018, mas uma nova discussão já teve início com a publicação da MP 868/2018, com o mesmo teor da anterior.

O ponto crítico da MP 844/2018 referia-se ao artigo 10A, que obrigava a realização de chamamento público antes da eventual assinatura de renovação do contrato de programa. O artigo citado determinava que, após o término da concessão com uma concessionária pública, o município realizasse licitação aberta a qualquer interessado, desconsiderando a possibilidade de renovação com as concessionárias, o que não ocorre na atual conjuntura.

Nesse contexto, o modelo proposto pela MP foi visto com grande preocupação pelo setor, tendo em vista os diversos impactos negativos sobre a gestão e prestação dos serviços de saneamento básico:

- Fim do subsídio cruzado: atualmente somente é possível disponibilizar serviços de água e esgoto nos municípios menores por conta do subsídio cruzado, além de ser essencial para a manutenção da operação destes pequenos municípios.
- Interesse exclusivo na operação dos municípios mais rentáveis: as empresas públicas e privadas poderão optar pela concessão dos serviços apenas das cidades com mais recursos e maior expectativa de rentabilidade;
- Aumento excessivo das tarifas de água e esgoto: o conjunto de alterações na Lei do Saneamento pode contribuir para o fim do conceito de modicidade tarifária;
- Dificuldades para a universalização dos serviços: municípios mais pobres poderão encontrar dificuldades no acesso aos serviços de saneamento.

Em resposta a estes riscos, as companhias de saneamento e associações ligadas ao setor se reuniram para discutir e reforçar estratégias de posicionamento contrário à Medida Provisória 844, tendo em vista a possibilidade de inviabilização do setor, tornando o saneamento ainda mais deficitário em municípios menos favorecidos e colocando em risco a universalização dos serviços de água e esgoto no país.

O esforço para a mobilização e engajamento de todos que fazem parte do setor foi e continua sendo importante para debater e esclarecer, junto aos parlamentares e à sociedade, os impactos negativos das alterações propostas.

No tocante aos objetivos de universalização do acesso ao saneamento, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) definiu, segundo relatório do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2016, metas de curto (2018), médio (2023) e longo prazo (2033) a partir da evolução histórica e da situação atual dos indicadores, com base na análise situacional de déficit de saneamento básico no país.

O referido plano considera que os investimentos necessários são provenientes das esferas federal, estadual e municipal bem como dos prestadores de serviço e agentes internacionais, no montante total de R\$ 304 bilhões. Considerando que já foram investidos R\$ 46,8 bilhões de 2014 a 2017, apura-se o montante total de R\$ 257,2 bilhões a serem investidos até 2033 para que a meta de universalização dos serviços seja cumprida, o que equivale a uma média de R\$

16,1 bilhões ao ano.

A Cagece tem buscado diversificar a matriz hídrica do Estado e, em 2018, focou esforços para elaboração do edital e contrato que tratam da concessão dos serviços para financiamento, construção, operação e manutenção da Planta de Dessalinização de Água Marinha para a Região Metropolitana de Fortaleza (DesalFor), por meio de Parceria Público-Privada. A usina de dessalinização deverá responder por 12% do abastecimento de Fortaleza e Região Metropolitana.

O esforço para ampliação do atendimento à população e a busca pela universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sem perder o foco na sustentabilidade, é um desafio que exige da companhia uma matriz de financiamento diversificada. A Cagece, assim como as demais companhias de saneamento básico, utiliza fontes de financiamento para fazer frente às necessidades de investimento.

Após a crise econômica verificada a partir de 2015, que restringiu os recursos do Orçamento Geral da União (OGU), e considerando que a receita tarifária não tem se mostrado suficiente para suprir a demanda de investimentos da companhia, a busca pela captação de recursos de outras fontes de financiamento foi intensificada, tanto para manutenção e modernização como para ampliação de sistemas.

O cenário de recessão restringe a disponibilidade de recursos da União, cabendo às empresas buscarem outras fontes de financiamento no mercado de crédito e/ou capitais. Tais fontes possuem características onerosas com cobrança de juros e exigem apresentação de garantias de cessão fiduciária e atestado da capacidade de pagamento do tomador.

Nesse contexto, em 2018 a Cagece captou no Banco do Nordeste R\$ 164,5 milhões com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que exigirá contrapartida de recursos próprios da companhia no valor de R\$ 70,5 milhões, com destaque para renovação de ativos e melhorias operacionais nos sistemas água e esgoto de Fortaleza e de Maracanaú, aquisição de veículos e equipamentos e para o projeto de georreferenciamento de cadastro da capital, reafirmando o compromisso da empresa com a melhoria contínua da prestação dos serviços e elevação do nível de satisfação dos seus clientes.

Em 2018, a companhia direcionou seus esforços para alcançar um nível de Governança Corporativa mais robusto. Primeiramente, para a implementação dos requisitos da Lei Nº

13.303/16, a companhia instituiu uma área especialista para tratar os assuntos relativos à sua governança, riscos, controles internos e conformidade. Em seguida, as instâncias de decisão da companhia foram reformuladas e o Estatuto Social foi revisado. Foram elaborados e publicados diversos documentos e políticas, com vistas não só ao atendimento da legislação, mas, sobretudo, a uma maior transparência e efetividade das políticas públicas.

## 2.1. Situação hídrica

Quanto à situação hídrica, merece destaque em 2018 a continuidade da situação crítica dos reservatórios hídricos no estado.

De acordo com prognóstico apresentado em 18 de janeiro de 2019 pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), o cenário para o Ceará apresenta-se mais favorável, com a perspectiva de chuvas dentro da média histórica no trimestre de fevereiro a abril do referido ano.

A avaliação climática aponta que, no estado, há 40% de probabilidade para chuvas em torno da normal climatológica, 30% de chance para chuvas acima da média e 30% de chances do período se encerrar abaixo do normal.

Nessa perspectiva, segundo avaliações da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), as chuvas não serão suficientes para suprir o déficit dos reservatórios, principalmente dos maiores, tais como os açudes Castanhão, Banabuiú e Orós, que respondem por 60% das reservas hídricas do estado, mas permitirão ao estado atravessar mais um ano com abastecimento similar ao dos dois últimos anos.

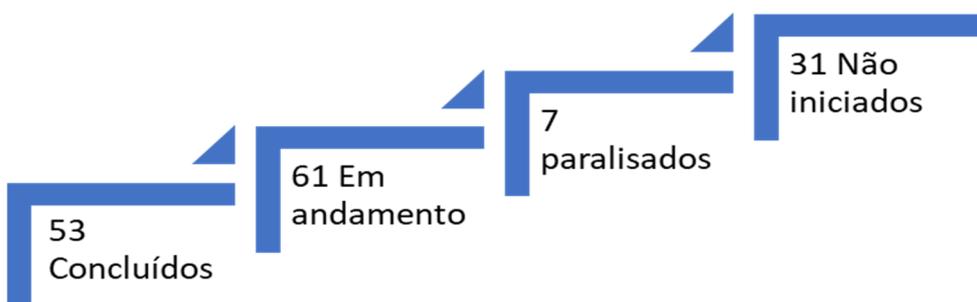
Como visto, diante da criticidade dos volumes hídricos atuais e da pequena probabilidade de recarga completa em curto prazo, a questão hídrica permanece como área prioritária no campo de políticas públicas para o Governo do Estado. A manutenção das medidas já adotadas para racionalização do consumo de água continua imprescindível.

### 3. CONCESSÕES

A Lei Nº 11.445/2007, que dispõe sobre as diretrizes nacionais e a política federal para o setor, estabelece que cabe ao titular dos serviços formular a política pública de saneamento básico, devendo para isto elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), entre outras atribuições. A obrigatoriedade do PMSB também condiciona a prestação dos serviços, que precisam ser regulados e submetidos ao controle social.

No Ceará, a situação atual no tocante à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos 151 municípios e três localidades do município de Sobral operados pela Cagece é a seguinte:

Figura 1 – Situação da Elaboração dos PMSBs



No tocante aos contratos de Concessão, apura-se: 150 municípios com contratos vigentes; 01 município em processo de renovação (Sobral) e 01 município com contrato vencido (Cariús).

Destaque-se que, no município de Sobral, a Cagece não atua na sede municipal, apenas nos distritos de Aprazível, Jaibaras e Taperoaba e encontra-se em processo de regularização da delegação.

No cenário das concessões, os municípios que se interessarem em pleitear recursos da União devem elaborar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme previsto no §2º do art. 26 do Decreto no 7.217/2010. Para a conclusão desta importante ação, a Confederação Nacional dos Municípios (CMN) solicitou novo prazo e a União estabeleceu até 31 de dezembro de 2019 para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

## 4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Sabendo da importância de ser uma empresa que respeita seus mais diversos públicos – consumidores, fornecedores, governos e investidores – a Cagece vem se aprimorando nos últimos quatro anos nas melhores práticas de transparência, governança, gestão de riscos e na conformidade com as leis e normas externas e internas.

A adoção das mais modernas práticas de governança, gestão de riscos e controle interno estabelece um conjunto eficiente de mecanismos cujo objetivo é assegurar que as ações executadas na companhia estejam alinhadas com o cumprimento de sua missão institucional e, conseqüentemente, com o interesse público.

A estrutura de governança corporativa da Cagece é composta por: Assembleia Geral dos Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês<sup>2</sup>, Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria, Diretoria Executiva e seus comitês, conforme a figura a seguir.

Figura 2 – Estrutura de Governança



Em 2018, promovemos diversas ações de fortalecimento de nossa governança, de caráter voluntário, legal ou em conformidade com as exigências dos regramentos de governança adotados pela companhia, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à nossa

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, veja em nosso site [governançacorporativa/conselho](http://governançacorporativa/conselho). Para maiores informações sobre remuneração e atribuições veja Formulário de Referência (item 12)

estratégia, contribuindo para que a evolução em nossa governança seja perene e duradoura.

Implantar as práticas de governança corporativa, gestão de riscos e conformidade, permitiu que a Cagece terminasse 2018 com sua Governança mais sólida, alinhada às boas práticas de mercado e recomendações de órgãos como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e demais regulamentos pertinentes.

Figura 3 – Principais Melhorias de Governança



A Governança Corporativa da Cagece é fortalecida pelas ações de gerenciamento de riscos corporativos e conformidade. Em 2018, foram realizados: implementação do modelo de gestão de riscos corporativos que utiliza a base conceitual da metodologia COSO ERM e ISO

31000; realização da análise geral de riscos da companhia e a priorização dos macroprocessos a terem seus riscos mapeados e, conseqüentemente, gerenciados; início do processo de disseminação da cultura de gestão de riscos corporativos em toda a companhia; avaliação dos riscos de conformidade; inventário das legislações, regulamentações e normas externas aplicáveis à Cagece; gestão das normas internas e sua adequação com a legislação aplicável; acompanhamento das recomendações da auditoria interna, além do reporte de recomendações e orientações para a diretoria executiva; análise e aprimoramento de mais de 180 documentos, tais como atribuições, mapas de negócio e processos das diversas áreas, além da revisão de alguns macroprocessos no âmbito corporativo pelo Escritório de Processos; o Escritório de Processos tem atuado, ainda, na transformação e automação de processos de negócio.

O desafio para 2019 prossegue visando o aprimoramento da governança da companhia, de modo a assegurar a melhor tomada de decisão pelos gestores e uma maior transparência e credibilidade na comunicação com suas diversas partes interessadas.

## 4.1. Composição acionária

Em 27 de abril de 2018 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, o aumento do capital social no montante de R\$ 109.525, sendo R\$ 16.847 referente à capitalização de incentivos fiscais, R\$ 76.154 oriundos da retenção de lucros de 2016 e 2017 e R\$ 16.524 da distribuição dos dividendos obrigatórios do exercício 2017. Nesta data, o capital social da Companhia passou para R\$ 1.869.622 dividido em 178.062.941 ações ordinárias e 56.806 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,65% do capital social votante da companhia, conforme composição discriminada abaixo (valor do capital):

Quadro 1 – Composição Acionária 2018

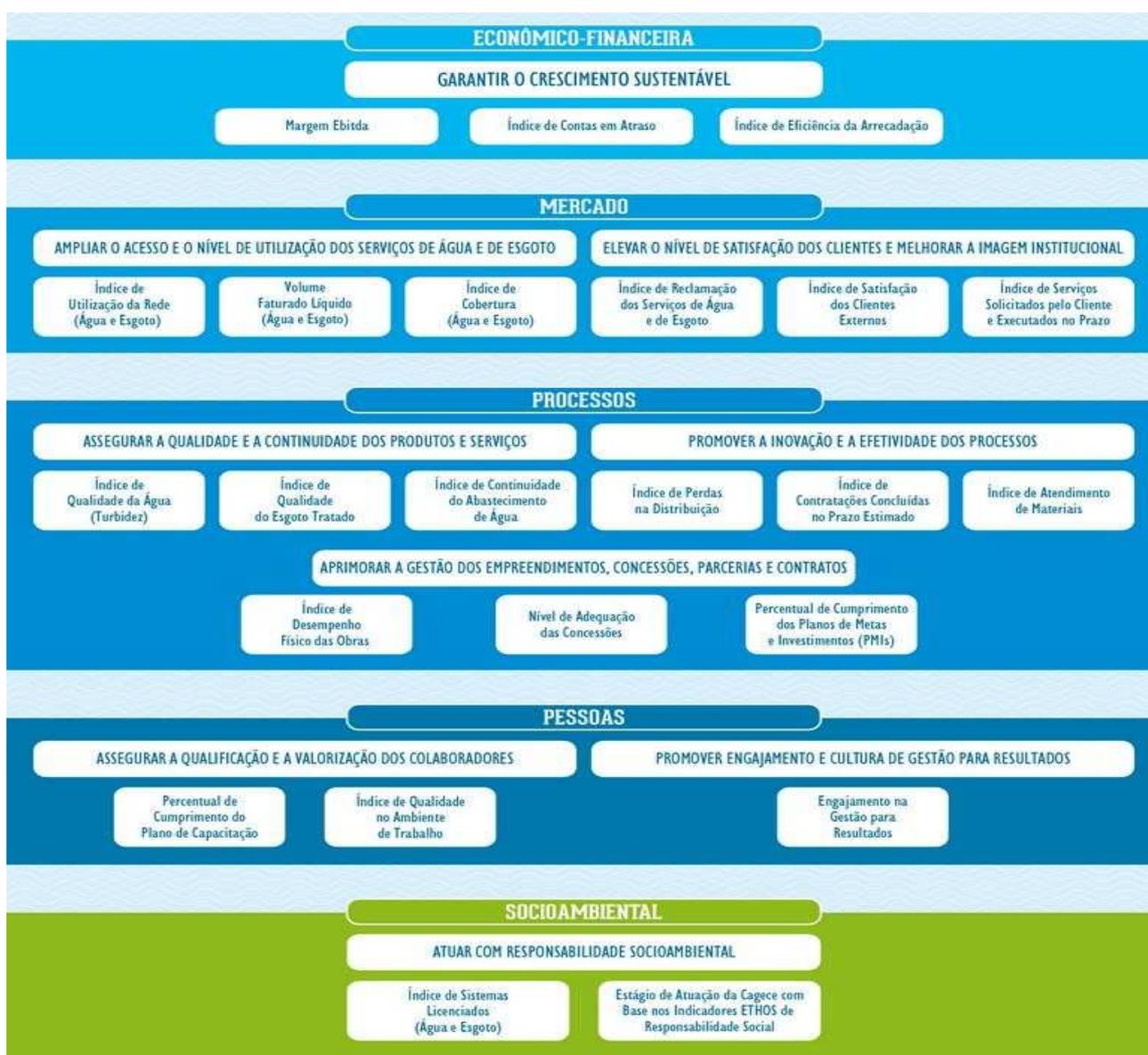
<b>Composição Acionária 2018 (milhões R\$)</b>				
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Estado do Ceará	1.649.320	8.097	1.657.417	88,65%
Município de Fortaleza	208.395	-	208.395	11,15%
Outros	3	3.807	3.810	0,20%
	<b>1.857.718</b>	<b>11.904</b>	<b>1.869.622</b>	<b>100,00%</b>

## 5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2019-2023

Os objetivos da Cagece estão representados no Mapa Estratégico, que é uma representação gráfica e resumida da estratégia organizacional e do caminho a ser seguido para o alcance da visão de futuro: ser reconhecida pela excelência na prestação dos serviços à população cearense.

O Mapa Estratégico da Cagece é composto por 5 (cinco) perspectivas e 28 indicadores acompanhados estrategicamente, conforme detalhado na figura abaixo:

Figura 4 – Indicadores Corporativos



Para viabilizar o alcance dos Objetivos Estratégicos da companhia, alguns projetos estão sendo desenvolvidos, entre eles: Redução das Perdas de Água; Dessalinização da Água do Mar; Redução da Ociosidade da Rede de Esgoto; Programa de Formação Continuada de Especialistas; Adequação da Operação dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário da RMF, de Maracanaú e de Jericoacoara.

O projeto Dessalinização da Água do Mar, por exemplo, impacta diretamente nos objetivos de Mercado e também no de Processos, pois aumenta o acesso ao serviço de água, que, por consequência, implica na satisfação dos clientes, e contribui para a continuidade do serviço.

## 5.1. Plano de Negócio

Para viabilizar o alcance da visão de futuro para o período de 2019 a 2023 e dos Objetivos Estratégicos da companhia, abaixo estão as metas dos indicadores corporativos, organizados por Perspectiva Econômico-Financeira, Mercado, Processos, Pessoas e Socioambiental:

Quadro 2 - Indicadores x Metas 2019 a 2023

INDICADORES CORPORATIVOS			Metas		
	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Econômico-financeira</b>					
Margem Ebitda	28,50%	26,23%	26,17%	27,10%	-
Índice de Contas em Atraso	2,71%	2,63%	2,55%	2,47%	2,42%
Índice de Eficiência da Arrecadação	100,39%	100,38%	100,34%	100,32%	100,26%
<b>Mercado</b>					
Índice de Reclamação de Água e Esgoto	1,27%	1,12%	0,89%	0,87%	0,79%
Percentual de Serviços Solicitados pelo Cliente e Executados no Prazo	93,00%	94,00%	95,00%	96,00%	97,00%
Percentual de Satisfação dos Clientes Externos	73,00%	76,00%	78,00%	80,00%	80,00%
Índice de Utilização da Rede de Água	73,00%	76,00%	78,00%	80,00%	80,00%
Índice de Utilização da Rede de Esgoto	78,72%	79,10%	81,93%	83,91%	86,73%
Volume Faturado Líquido de Água	267.652.569 m <sup>3</sup>	269.687.884 m <sup>3</sup>	273.674.006 m <sup>3</sup>	278.038.937 m <sup>3</sup>	282.277.847 m <sup>3</sup>
Volume Faturado Líquido de Esgoto	100.547.226 m <sup>3</sup>	104.560.062 m <sup>3</sup>	112.865.974 m <sup>3</sup>	110.822.749 m <sup>3</sup>	113.466.688 m <sup>3</sup>
Índice de Cobertura de Água	98,49%	98,56%	98,63%	98,69%	98,80%
Índice de Cobertura de Esgoto					
<b>Processos</b>					
Índice de Qualidade da Água – Turbidez	73%	76%	81%	84%	87%
Índice de Qualidade do Esgoto Tratado	39%	46%	55%	64%	69%
Índice de Atendimento de Materiais	83%	88%	92%	93%	94%
Índice de Perdas na Distribuição	42%	40%	38%	36%	34%
Índice de Continuidade do Abastecimento de Água	93%	94%	94%	95%	95%

Índice de Contratações Concluídas no Prazo	60%	65%	70%	75%	75%
Índice de Desempenho Físico das Obras	65%	70%	75%	80%	85%
Nível de Adequação das Concessões	11%	20%	28%	40%	51%
Índice de Cumprimento do Plano de Investimento das Concessões	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Pessoas</b>					
Percentual de Cumprimento do Plano de Capacitação	85,00%	90,00%	95,00%	95,00%	95,00%
Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho	83,87%	84,20%	84,50%	85,00%	84,80%
Engajamento na Gestão para Resultados	75,00%	80,00%	85,00%	85,00%	85,00%
<b>Socioambiental</b>					
Índice de Sistemas Licenciados de Água	56%	67%	74%	78%	82%
Índice de Sistemas Licenciados de Esgoto	37%	45%	52%	59%	60%
Estágio de Atuação da Cagece com Base nos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social	6,60 pontos	7 pontos	7,40 pontos	7,50 pontos	7,50 pontos

## 6. GESTÃO DE PESSOAS

Quanto à capacitação e desenvolvimento de pessoas, o Centro de Excelência (Cenex), área especialista vinculada à Diretoria da Presidência, responsável pelas estratégias de desenvolvimento de pessoas e gestão do conhecimento, realizou em 2018 ações de capacitação como forma de garantir o cumprimento do objetivo estratégico relacionado à perspectiva Pessoas. O indicador Percentual de Cumprimento do Plano de Capacitação visa assegurar a qualificação e valorização dos colaboradores através do cumprimento do plano bienal de capacitação e apresentou resultado de 88,42%, alcançando 110,52% da meta prevista de 80% para 2018.

Para alcançar este resultado, foram realizadas 6.327 capacitações que totalizaram 87.047 horas/aula para 1.052 empregados. Além disso, 37 empregados foram beneficiados com cursos de línguas, especializações e MBAs, estratégia utilizada pela Cagece com o objetivo de atualizar tecnicamente seus colaboradores, visando assim o alinhamento da companhia com o mercado, além de valorizar seu corpo funcional. Em 2018, foram investidos R\$726 mil para atender as demandas acima citadas.

No tocante a *turnover*, em 2018 não houve admissões de funcionários próprios, tendo sido registrados apenas 89 desligamentos de empregados, sendo 73 destes motivados pelo Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) e 16 desligamentos voluntários.

Atualmente, a força de trabalho da Cagece está apresentada no quadro abaixo:

Quadro 3 – Funcionários

Categorias	Próprios		Comissionados		Terceiros		Total
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Administrativo	293	214	11	12	434	365	1329
Comercial	70	53	-	-	379	305	807
Operacional	422	164	-	-	2205	93	2884
	785	431	11	12	3018	763	5020

## 7. INVESTIMENTOS

Em face ao desafio de melhoria, modernização e de busca pela universalização da prestação de serviços, e considerando que os recursos à disposição para captação, limitados à capacidade de endividamento da companhia, não são suficientes para atender a todas as necessidades, é fundamental que os recursos sejam aplicados em projetos e ações prioritários. Nesse sentido, a Cagece tem perseguido um processo efetivo de planejamento de investimentos de curto, médio e longo prazos, que considere as necessidades mais urgentes de cada unidade de negócio, a necessidade de renovação dos ativos, que busque atender as metas previstas nos planos municipais de saneamento básico, mas, sempre com o foco principal na universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com a elevação gradual dos índices de cobertura desses serviços.

### 7.1. Fontes de Recursos e Cobertura de Serviços

A Cagece investiu em 2018 o equivalente a R\$ 182,2 milhões em implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os recursos utilizados nos investimentos realizados pela Cagece são provenientes tanto de operações de financiamento contratadas diretamente pela companhia com as diversas instituições financeiras, como de convênios e termos de cooperação firmados com o Governo do Ceará, englobando recursos do Orçamento da União e/ou do Orçamento do Estado e, ainda, de recursos próprios da companhia oriundos da receita auferida pela prestação dos serviços.

Quadro 4 – Investimentos

2018 - Investimentos por origem e aplicação (R\$)			
	Água	Esgoto	Comum
Financiado	16.780	834.234	-
Próprio	59.411.352	15.031.943	11.705.482
Próprio – Tarifa de Contingência	16.240.287	-	425.702
Não Oneroso	45.465.223	24.270.669	354.534
Oneroso	3.783.757	4.699.105	-
<b>TOTAL</b>	<b>124.917.399</b>	<b>44.835.952</b>	<b>12.485.718</b>

A Cagece atende 5,42 milhões de habitantes com redes de abastecimento de água, o que representa 98,27% de cobertura do serviço na área de atuação da companhia. São 1.642.486 ligações de água em situação ativa, o que equivale a 4,2 milhões de habitantes (75,54% da população atendida pela Cagece).

Devido à mudança de metodologia no cálculo da população, em atendimento à metodologia indicada no Manual de Melhores Práticas do SNIS, houve uma redução de 261.243 habitantes beneficiados, quando comparados os dados de 2018 com 2017.

Quadro 5 – Tratamento e Distribuição de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto

ÁGUA – Tratamento e Distribuição de Água
Municípios atendidos: 151*
Localidades atendidas: 313
População atendida: 5,42 milhões
Índice de cobertura: 98,27%
Total de ligações ativas: 1.642.486
Extensão de rede de distribuição de água: 14.723.031 m
Estações de tratamento ativas: 160

*\* No município de Sobral, a Cagece não atua na sede municipal, apenas nos distritos de Aprazível, Jaibaras e Taperuaba.*

ESGOTO – Coleta e Tratamento de Esgoto
Municípios atendidos: 74
Localidades atendidas: 87
População atendida: 2,4 milhões
Índice de cobertura: 42,38%
Total de ligações ativas: 617.140
Extensão de rede coletora de esgoto: 4.725.564 m
Estações de tratamento ativas: 278

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a Cagece atende cerca de 2,4 milhões de habitantes. O valor representa 42,38% de cobertura do serviço de esgotamento sanitário na área de atuação da companhia. São 617.140 ligações de esgoto em situação ativa, o que equivale a 1,82 milhão de habitantes (31,69% da população atendida pela Cagece). No caso do esgoto, com a mudança de metodologia para adaptação ao SNIS, foram apenas 1.029 novos habitantes beneficiados, quando comparados os dados de 2018 com 2017.

## 7.2. Principais Obras Concluídas em 2018

Quadro 6 – Obras Concluídas em 2018

Obra	Objeto	Fonte de Recurso	População Atendida (Habitantes)	Valor da Obra (Milhões)
Esgoto	Implantação do SES da Bacia CD-1 em Fortaleza	FGTS, Aporte	52.394	R\$ 33.889.934
Esgoto	Implantação do SES da Bacia CD-2 em Fortaleza	FGTS, Aporte	28.797	R\$ 29.056.688
Esgoto	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) nas Localidades de Borges, Giqui, Peixes e Sítio Pau D'Arco nos Municípios de Russas e Jaguaruana	KFW	1.340	R\$ 1.696.345
Esgoto	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Localidade de Capitão Mor em Pedra Branca/CE	KFW	1.411	R\$ 4.820.937
Água	Ampliação do SAA da Sede de Caridade	OGU, Tesouro	12.795	R\$ 3.758.928
Água	Readequação do Sistema de Abastecimento de Água de Ibaretama	Aporte, Recursos Próprios	5.853	R\$ 2.424.429

## 7.3. Principais Obras em Andamento

Quadro 7 – Obras em Andamento

Obra	Objeto	Fonte de Recurso	População Atendida (Habitantes)	Valor da Obra (Milhões)	Medido Acumulado até Dez 2018
Esgoto	SES Horizonte - 2ª Etapa-Ampliação	OGU, Tesouro	38.166	R\$ 23.604.460	65,46%
Esgoto	SES Viçosa do Ceará - Ampliação	OGU, Tesouro	11.796	R\$ 14.286.526	77,06%
Água	SAA Taquarão em Caucaia - Implantação	OGU	1.727.000	R\$ 152.898.246	82,48%
Água	SAA Tauá - Ampliação	OGU, Tesouro	33.331	R\$ 24.419.202	52,47%

## 7.4. Investimentos com Tarifa de Contingência

Em 2018, foram aplicados R\$ 16,7 milhões em ações com recursos da Tarifa de Contingência. A aplicação dos recursos dessa tarifa extraordinária destina-se à segurança hídrica e ao combate e redução das perdas de água. Os projetos ou ações que utilizam essa fonte de recursos são voltados principalmente para: i) retirada de vazamentos; ii) implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs); iii) construção/melhoria em estações de tratamento de água; iv) programa de Combate à Fraude, entre outros. Alguns projetos já foram executados, os demais encontram-se em contratação ou em execução.

Os projetos de segurança hídrica e redução de perdas são submetidos à aprovação das agências reguladoras, assim como a prestação de contas dos valores aplicados, comprovando que tais valores foram gastos especificamente nas ações previamente aprovadas pelas agências reguladoras.

Com o objetivo de acompanhar a utilização dos recursos da tarifa e otimizar a sua aplicação, a Cagece instituiu o Comitê de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Tarifa de Contingência.

## 7.5. Captação de Recursos

Em 2018, a Cagece captou recursos financeiros na ordem de R\$ 252 milhões, distribuídos da seguinte forma:

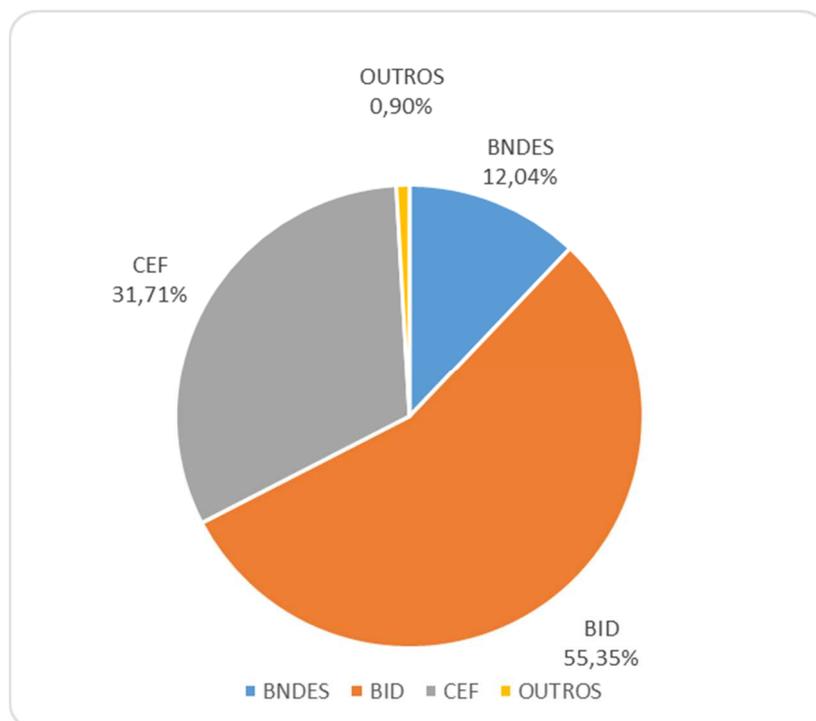
- i. Assinatura de contrato de financiamento entre a Cagece e o Banco do Nordeste do Brasil no valor total de R\$ 235 milhões, sendo R\$ 164,5 milhões com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 70,5 milhões com recursos próprios, com destaque para a execução de serviços de melhoria e modernização operacional, distribuídos da seguinte forma: R\$ 130 milhões para sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Maracanaú, R\$ 72 milhões para o macrossistema de esgoto de Fortaleza e para o projeto de cadastro georreferenciado da capital (i-Geo); R\$ 28 milhões para a aquisição de equipamentos e veículos de desobstrução de esgoto e R\$ 5 milhões para a readequação da estação de tratamento de esgoto de Pacoti.
- ii. Termo de Compromisso nº TC/PAC 0306/2012 no valor de R\$ 16,8 milhões com recursos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Milagres.
- iii. Aquisição de veículos no valor de R\$ 335 mil com recursos do Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame) por meio do Banco Santander.

## 7.6. Serviço da Dívida

Em 2018, a dívida total foi reduzida para R\$ 397 milhões. A companhia amortizou R\$ 80,82 milhões em dívidas no ano, enquanto as entradas de captações de recursos totalizaram R\$ 4 milhões. Em 2017, a dívida total era 413,8 milhões. O índice de endividamento demonstrado pela razão entre “Dívida Total Ajustada” e o “Ebitda Ajustado” ficou em 1,11.

Atualmente, a Cagece mantém contratos de financiamento com as seguintes instituições de crédito:

Figura 5 – Agentes Financiadores



## 8. TARIFAS

A estrutura tarifária, depois de aprovada pela Diretoria Executiva da companhia, é submetida à aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) e da Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

A estrutura adota vários tipos de tarifas, de acordo com o tipo de economia/categoria, com a finalidade principal de subsidiar a tarifa paga pelos clientes com menor poder aquisitivo e de incentivar o consumo consciente, evitando assim o desperdício da água tratada, numa demonstração de preocupação com o meio ambiente. Atualmente são praticados oito tipos de tarifas: Residencial Social, Residencial Popular, Residencial Normal, Comercial Popular, Comercial II, Industrial, Pública e Entidade Filantrópica.

Em 2018, ocorreu o complemento da revisão tarifária ordinária de 2017, aplicada sobre as tarifas da Cagece, representando um acréscimo linear de 5,70% a partir das demandas de janeiro de 2018 para todo o estado do Ceará. A revisão ordinária é aplicada seguindo o

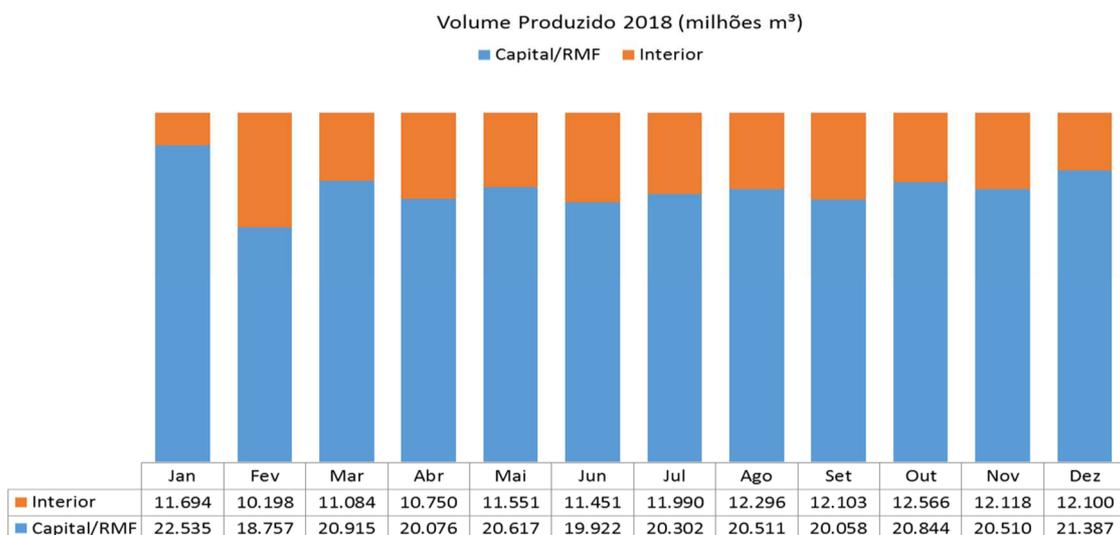
método dos custos médios incorridos, estando inserida nos custos incorridos a remuneração dos investimentos realizados. Por este método, entende-se que o equilíbrio econômico- financeiro da companhia consiste em uma estrutura tarifária que proporcione uma receita operacional direta, equivalente aos custos dos serviços compostos das despesas de exploração, das quotas de depreciação e de amortização, da provisão para devedores, das amortizações de despesas e da remuneração dos investimentos reconhecidos. A estrutura tarifária vigente encontra-se divulgada no site da companhia ([www.cagece.com.br](http://www.cagece.com.br))

A Tarifa de Contingência aplicada desde dezembro de 2015 permanece. Essa tarifa extraordinária tem o objetivo de induzir a redução do consumo de água, visando assim evitar o agravamento da situação de escassez nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

## 9. PRODUTOS CAGECE

### 9.1. Volume Produzido e Fornecimento de Água Tratada

Gráfico 1 – Volume produzido em 2018



O volume produzido na capital/RMF corresponde a 63,79% (246.433 milhões m<sup>3</sup>) do total produzido pela Cagece em 2018 (386.333 milhões m<sup>3</sup>). No referido ano, houve uma redução de -1,49% em relação ao volume total produzido em 2017. Na capital, houve uma redução de -3,40%, consequência da aplicação da Tarifa de Contingência. Por outro lado, no interior houve aumento de 1,64%; o acréscimo pode ser justificado pela perfuração de novos poços em virtude de ações de convivência com a seca adotadas pelo Governo do Ceará.

A Cagece tem empreendido esforços para garantir a continuidade do abastecimento de água, mesmo diante da situação crítica de escassez hídrica. Os efeitos da seca também impactam diretamente nos processos de tratamento, operação e distribuição da água, por isso, a companhia tem investido cada vez mais em novas soluções de tratamento e diversificação da matriz hídrica.

Das 160 Estações de Tratamento de Água (ETAs) em todo o Ceará, duas estão localizadas na capital: a ETA Gavião e a ETA Oeste. Juntas, elas abastecem o Sistema Integrado de Fortaleza e Região Metropolitana (RMF), que distribui água para Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Eusébio, parte de Maranguape, parte de Pacatuba e parte de Itaitinga. Já as outras 158 estações estão localizadas nos municípios do interior do Ceará atendidos pela companhia.

No que se refere a perdas na distribuição, o macrossistema de água da Região Metropolitana de Fortaleza é monitorado e operado pelo Centro de Controle Operacional (Cecop), que controla os dados de forma automatizada, permitindo intervenções imediatas. Por meio dos computadores do Centro e das Unidades de Transmissão Remota, os técnicos acessam dados como vazão e pressão nas redes, nível dos reservatórios, percentual de cloro, execução de manobras, ligam e desligam elevatórias ou fecham e abrem registros.

A Cagece também desenvolve um permanente trabalho de combate aos vazamentos de água. Em agosto de 2017, iniciou-se um projeto de implantação de 137 Distritos de Medição e Controle (DMCs) para combater as perdas. Para serem efetivados como DMCs, são necessárias a aquisição e a instalação de Válvulas Reguladoras de Pressão (VRPs), porém o confinamento já possibilita uma melhor gestão e consequente redução de perdas.

Os DMCs surgiram num momento em que alternativas para a manutenção e melhor utilização dos recursos hídricos são cada vez mais necessárias devido à crise hídrica do Ceará nos últimos anos. Dessa forma, cabe à Cagece, como distribuidora desse recurso, buscar alternativas como forma de diminuir as perdas durante essa distribuição. Esse trabalho permitirá ações mais

efetivas no combate a perdas de água, evitando assim demoras na retirada de vazamentos, diminuição de pressão, descontinuidade, entre outras situações que prejudicam o abastecimento.

Ao todo já foram confinadas e estão sendo medidas 13 áreas em Fortaleza e Região Metropolitana (RMF). O confinamento desses DMCs permitirá mensurar os volumes de entrada de água nesses blocos e assim conseguir sua estruturação. Para 2019 estão previstos investimentos da ordem de 58 milhões para implementação de DMCs.

Ainda no tocante à gestão de perdas, em novembro de 2018 foi realizado o primeiro Fórum de Combate às Perdas de Água, coordenado pela Gerência de Combate às Perdas de Água (Gcope). O evento teve como objetivo abordar a importância do diagnóstico de perdas de cada unidade e o seu plano de redução e contou com a participação dos colaboradores das Unidades de Negócio.

## 9.2. Coleta, Tratamento de Esgoto e Resíduos

Na capital, o esgoto coletado pela Cagece é transportado para a estação de Pré-condicionamento de Esgoto (EPC), que tem por finalidade remover o material sólido e o material flutuante no esgoto. A EPC é constituída de um conjunto de peneiras rotativas e desarenadores, com capacidade de tratamento de 3 m<sup>3</sup>/s.

A Cagece opera ainda em sistemas isolados de esgotamento sanitários localizados em Fortaleza, Caucaia e Maracanaú formados pelas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), conjuntos elevatórios integrados, bem como por alguns conjuntos habitacionais. Em geral cada sistema é formado por rede coletora, estação elevatória (EEE), estação de tratamento de esgoto, do tipo reatores ou lagoas de estabilização e corpo receptor (rios, riachos, córregos).

Ao todo a companhia possui 278 Estações de Tratamento de Esgoto ativas em 70 municípios, possibilitando o tratamento do esgoto antes de ser lançado no destino final (corpo hídrico ou solo). Desse total, 119 estão no interior. As tecnologias utilizadas no tratamento dos efluentes são: decantos digestores, filtros anaeróbios, reatores UASB, lagoa anaeróbia, lagoa facultativa, lagoa de maturação, entre outras.

O monitoramento qualitativo do efluente das ETEs é realizado periodicamente nos laboratórios regionais localizados nas unidades de negócio da Cagece e acompanhado por meio do

indicador Índice de Qualidade do Esgoto Tratado (IQET), de forma a verificar o atendimento aos padrões de lançamento exigidos pela legislação vigente. Em alguns desses sistemas, a companhia reutiliza seu efluente tratado, como nas ETEs Guadalajara e Tianguá. Na ETA Oeste, o resíduo do processo produtivo é tratado por meio da Estação de Tratamento do Resíduo Gerado (ETRG). Esse conjunto de ações garante a redução do impacto ambiental no entorno da comunidade.

Na Estação de Pré-Condicionamento está instalada a Estação de Tratamento de Odores (ETO) para minimizar a exalação dos gases agressivos para a atmosfera durante o processo de tratamento do esgoto. O monitoramento do efluente final da EPC é composto de testes laboratoriais onde são realizadas análises físico-químicas, microbiológicas e ensaios ecotoxicológicos com o objetivo de proteger a biodiversidade oceânica e atender aos parâmetros de qualidade e proteção à saúde humana, conforme Resolução Conama nº 430/2011.

## 9.2.1. Resíduos

A Cagece se preocupa com os impactos no meio ambiente causados em todos os setores e tem se inserido continuamente nas diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Entre as ações implementadas estão: coleta seletiva de lixo, implantação da Logística Reversa, entrega dos resíduos recicláveis para cooperativas de catadores, descontaminação e coprocessamento dos resíduos perigosos, realização de ações de educação ambiental com os colaboradores da empresa, entre outras ações.

A companhia elabora anualmente Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), contemplando suas unidades administrativas, estações de tratamento de água e esgoto, oficinas e laboratórios. Os Planos são instrumentos de auxílio para o correto gerenciamento dos resíduos e seu objetivo é eliminar/minimizar os impactos ambientais que são causados durante a execução das atividades da empresa.

Foram doados 5.207 kg de materiais recicláveis (papel, plástico, metal, vidro) para a Rede de Catadores de Resíduos Recicláveis do Estado do Ceará. Quanto aos resíduos perigosos, 1.400 unidades de lâmpadas fluorescentes geradas pela Cagece foram coletadas, descontaminadas e destinadas por empresas devidamente licenciadas. Os resíduos provenientes de atividades desenvolvidas nos laboratórios, em oficinas mecânicas e nos serviços de manutenção (EPs, materiais contaminados com óleo e graxa/tinta) totalizaram 484 kg, tendo como destinação

final o coprocessamento. Foram destinados à logística reversa 1770 kg de baterias de chumbo, 77 unidades de pneus e 60 kg de embalagens de óleo usadas.

Em 2018, foram investidos R\$ 36 mil com serviço de coleta/transporte/destinação de resíduos perigosos e não perigosos gerados pela Cagece, realização da semana do meio ambiente e gerenciamento de resíduos sólidos.

## 10. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

### 10.1. Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto

Em 2018, a Cagece continuou apresentando bons resultados econômico-financeiros, mostrando a capacidade de geração de riqueza através das receitas oriundas da prestação de serviços. Destaques para o aumento de 14,15% em relação a 2017 dos Serviços de Abastecimento de Água e de 21,90% com a prestação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Os principais fatores que justificam esse aumento são:

- i. Aplicação de revisão ordinária de 17,23% nas tarifas de água e esgoto, realizada em duas etapas. A primeira de 12,9% em junho de 2017 e a segunda de 4,33% em setembro de 2017;
- ii. Incremento de ligações ativas de água e de esgoto. Para o produto água, o incremento total foi de 5.800 ligações. No que se refere ao produto esgoto, o incremento total foi 24.468 novas ligações;
- iii. Aplicação de complementação tarifária de 5,70% a partir de janeiro de 2018.

**Quadro 8 – Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto**

Produto	2018	2017	Var. Abs.	Var. %
Receita de Água	960.908	841.792	119.116	14,15%
Receita de Esgoto	409.287	335.749	73.538	21,90%
Impostos sobre vendas	(124.996)	(108.708)	(16.288)	14,98%
	<b>1.245.199</b>	<b>1.068.833</b>	<b>176.366</b>	<b>16,50%</b>

## 10.2. Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados e as despesas comerciais e administrativas no ano de 2018 totalizaram R\$ 1,10 bilhão, representando um aumento de 5,35% em relação ao ano de 2017.

As principais variações ocorreram nos custos dos serviços prestados e nas despesas administrativas, decorrentes principalmente dos seguintes fatores:

- Serviços (2018: R\$ 113,7 milhões; 2017: R\$ 93,6 milhões): são gastos com demais serviços para o desenvolvimento da atividade administrativa. Exemplo: Serviços Técnicos Profissionais, vigilância, telefone, tarifa de arrecadação etc. Variação de R\$ 20 milhões (21,38%);
- Energia Elétrica (2018: R\$ 114,2 milhões; 2017: R\$ 105,6 milhões): são os gastos com energia-força (energia consumida na produção e manutenção dos sistemas dos produtos água e esgoto) e com energia-luz (energia consumida na administração). No período houve uma variação de R\$ 8,55 milhões representando 8,09%;
- Serviços Prestados por Terceiros (2018: R\$ 202,1 milhões; 2017: R\$ 191,2 milhões): são gastos com a contratação da mão de obra terceirizada no desenvolvimento da atividade administrativa. Variação absoluta de R\$ 10,9 milhões (5,71%);
- Manutenção (2018: R\$ 55 milhões; 2017: R\$ 50 milhões): são gastos com serviços de manutenção para a operação dos sistemas abastecimentos de água e esgotamento sanitário. Houve um aumento 10,14 % no período analisado, isso significa em termos monetários R\$ 5 milhões.

**Quadro 9 – Custos e Despesas**

Descrição	2018	2017	Var. Abs.	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	661.735	627.877	33.858	5,39%
Despesas Comerciais	158.303	137.388	20.915	15,22%
Despesas Administrativas	274.066	275.279	(1.213)	-0,44%
Outras receitas (despesas), líquidas	10.743	8.241	2.502	30,36%
	<b>1.104.847</b>	<b>1.048.785</b>	<b>56.062</b>	<b>5,35%</b>

### 10.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou um aumento de R\$ 27 milhões em 2018 decorrente de: aumento na despesa de atualização monetária das atualizações dos processos judiciais cíveis e trabalhistas; aumento da variação cambial referente à variação do dólar em 17,12% que impactam nos saldos passivos de empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente, nas despesas e receitas financeiras; variação em outras despesas financeiras decorrentes de estorno de descontos concedidos em campanhas comerciais de clientes que não cumpriram com as regras estabelecidas na negociação.

**Quadro 10 – Resultado Financeiro**

Descrição	2018	2017	Var. Abs.	Var. %
Receitas Financeiras	80.562	54.555	26.007	47,67%
( - ) Despesas financeiras	(112.673)	(59.072)	(53.601)	90,74%
	<b>(32.111)</b>	<b>(4.517)</b>	<b>(27.594)</b>	<b>610,89%</b>

## 10.4. Resultado Líquido

O aumento do Lucro Líquido em 2018 decorre, principalmente, do aumento da receita líquida em 16,50%, em contrapartida ao aumento de custos e despesas em 5,35%, refletindo a otimização do desempenho operacional.

Quadro 11 – Resultado líquido

Descrição	2018	2017	Var. Abs.	Var. %
Receita Líquida	1.245.199	1.068.833	176.366	16,50%
Receita de Construção	79.184	102.359	(23.175)	-22,64%
Custos e despesas	(1.104.847)	(1.048.785)	(56.062)	5,35%
Custo de Construção	(79.184)	(102.359)	23.175	-22,64%
Resultado Financeiro	(32.111)	(4.517)	(27.594)	610,89%
Provisão IRPJ/CSLL	(19.803)	(4.477)	(15.326)	342,33%
	<b>88.438</b>	<b>11.054</b>	<b>77.384</b>	<b>700,05%</b>

## 11. PERSPECTIVAS DO NEGÓCIO

### 11.1. Pesquisa e Desenvolvimento

A Cagece possui uma Gerência de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Geped) voltada para o desenvolvimento e a aplicação de soluções inovadoras e sustentáveis à companhia.

Os projetos e soluções desenvolvidas são pensados tanto para os processos de tratamento de água e esgoto, como também para a utilização, criação e prospecção de novas tecnologias, nacionais e internacionais.

A Cagece atua por meio de um corpo técnico próprio e aposta em parcerias com instituições que trabalham com pesquisa e tecnologia, dentre as quais se destacam: a Universidade Federal do Ceará (UFC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ).

Para viabilizar financeiramente os projetos, a companhia possui um orçamento próprio que tem sido complementado com recursos externos captados junto a agências de fomento e

outras instituições de apoio, como Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Agência Nacional de Águas (ANA), BNDES, e agências internacionais como o KfW, da Alemanha, e USTDA, dos EUA.

Atualmente, os principais projetos estratégicos são: desenvolvimento de Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) compactas, Planta de Dessalinização para a Região Metropolitana de Fortaleza, Centro de Treinamento, Demonstração e Desenvolvimento de Reúso Agrícola e planta modelo de aproveitamento de lodo e biogás.

Projetos envolvendo a utilização de membranas de ultrafiltração (UF) no tratamento de água e pós-tratamento de efluentes de esgoto encontram-se já em fase de incorporação pela Cagece, envolvendo o desenvolvimento de projeto e aquisição de unidade piloto móvel, além de captação de recursos e implantação em escala real de uma unidade do Sisar, por meio do programa “Água + Acesso”.

O Centro de Pesquisa de Reúso da companhia, localizado no município de Aquiraz, atuará com foco no desenvolvimento de treinamento, internalização e difusão de tecnologias relacionadas à reutilização da água proveniente do tratamento de esgoto. O objetivo é conscientizar, orientar e empregar o reúso, principalmente no que diz respeito à aplicação ambiental. A Cagece está realizando o lançamento da licitação e contratação da empresa para realizar as obras civis do Centro.

Além disso, serão adquiridos equipamentos para operacionalização das atividades. A previsão é que as atividades se iniciem logo após a conclusão das obras e firmadas parcerias com Universidades e Associações Agrícola e de Pesquisa. O investimento é estimado em R\$ 2,46 milhões, com recursos da Agência Nacional das Águas e contrapartida do estado.

Já o projeto de Conversão de Águas Residuárias em Biogás e Lodo em estação de tratamento de esgoto para geração de energia ambientalmente sustentável, envolve, em parceria com a UFC, o desenvolvimento de uma usina modelo (UM) que utiliza tecnologias inovadoras para aproveitamento de subprodutos do processo de tratamento de esgoto. Consiste, em linhas gerais, na otimização de reatores biológicos, desenvolvimento de reatores para purificação do biogás e de reator de combustão de lodo, aquisições e contratações para desenvolvimento de equipamentos/sistemas da usina modelo e gestão do projeto e prospecção de mercado para inovações tecnológicas. O investimento será de R\$ 2,21 milhões (contrapartida financeira

FUNTEC-BNDES), R\$ 998 mil (contrapartida financeira) e R\$ 453 mil (contrapartida econômica) da Cagece.

## 12. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o requerido na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Cagece informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a empresa de auditoria Ernst & Young Terco Auditores Independentes não prestou outros serviços que não estejam relacionados à auditoria externa.

## **Demonstrações Contábeis**

### **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial .....	7
Demonstração do resultado .....	9
Demonstração do resultado abrangente .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa .....	12
Demonstração do valor adicionado .....	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	14

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**  
Fortaleza - CE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis**

Em 20 de março de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, que ora estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Conforme descrito na nota explicativa 5, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o registro da rubrica de “Obrigações com tarifa de contingência” no passivo circulante, o qual vincula os montantes de receita com tarifa de contingência anteriormente reconhecidos no resultado do exercício como receitas, com determinados compromissos e obrigações previstos nas resoluções 201/15 e 212/16 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, conforme descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Contratos de concessão*

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis, decorrentes de contratos de concessão, nos valores de R\$224.361 mil, R\$252.353 mil e R\$2.421.020 mil, respectivamente, conforme divulgados nas notas explicativas nº 12, nº 14 e nº 15, que representam a infraestrutura de concessão. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados pela Companhia que não serão completamente amortizadas ao final do prazo de concessão, e serão indenizadas pelo poder concedente. Por sua vez, os ativos intangíveis representam os investimentos realizados que possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, baseada no recebimento de tarifas por serviços prestados aos usuários.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, a complexidade e subjetividade envolvidas na bifurcação e no cálculo a valor presente dos ativos financeiros e na avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, que são baseadas em diversas premissas subjetivas por parte da administração, tais como: a determinação das taxas de desconto, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios da Companhia para anos futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à bifurcação dos ativos financeiros da concessão considerando a parcela dos investimentos realizados e o montante dos ativos que não serão amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativos financeiros e intangíveis e revisamos se os cálculos da atualização e de ajuste a valor presente dos ativos financeiros estão consistentes e de acordo com o prazo do contrato de concessão, bem como testamos o cálculo da amortização dos ativos intangíveis e realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício. Adicionalmente, nossos procedimentos de auditoria incluíram a utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nos procedimentos realizados, identificamos ajustes de auditoria devido à ausência de reclassificação de obras em andamento já concluídas para as contas definitivas dos ativos financeiros e intangíveis, e também identificamos ajustes na mensuração e divulgação da bifurcação entre ativos financeiros e intangíveis; os quais não foram registrados em razão de sua imaterialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As deficiências nos controles internos relacionados à transferência das obras em andamento para as contas definitivas dos ativos financeiros e intangíveis ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao registro e apresentação dessas transações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os contratos de concessão, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela administração na mensuração dos ativos financeiros e intangíveis decorrentes de contratos de concessão, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 12, nº 14 e nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico sendo consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC – PE020728/O-7-T-CE

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)	31/12/2016 (reapresentado)
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.206	1.088	4.008
Aplicações financeiras	6	162.905	40.865	-
Depósitos vinculados	7	78.381	61.595	50.044
Contas a receber de clientes	8	269.913	258.169	224.898
Estoques		17.316	12.894	12.698
Tributos a recuperar		8.741	14.534	5.344
Adiantamentos a empregados		4.447	3.992	3.633
		<b>542.909</b>	<b>393.137</b>	<b>300.625</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Projeto Alvorada - recursos aplicados	9	174.829	174.829	174.829
Projeto KfW II - recursos aplicados	9	53.720	49.074	42.944
Termos de cooperação – recursos aplicados		-	-	72.320
Depósitos judiciais	10	8.527	11.051	18.537
Depósitos para reinvestimento		4.414	9.557	7.247
Depósitos vinculados a garantias	11	12.915	11.867	12.162
Ativos financeiros - contratos de concessão	12	224.361	191.124	174.128
Outros ativos		114	10.134	10.165
Imobilizado	13	43.078	42.467	41.945
Ativos de contrato	14	252.353	-	-
Intangível	15	2.421.020	2.769.512	2.888.652
		<b>3.195.331</b>	<b>3.269.615</b>	<b>3.442.929</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.738.240</b>	<b>3.662.752</b>	<b>3.743.554</b>

		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
	Notas	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	16	124.618	124.007	130.614
Empréstimos e financiamentos	17	61.125	56.061	56.100
Obrigações sociais		34.572	35.062	28.972
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18	34.980	26.542	18.741
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.863	1.785	1.899
Tributos a recolher		24.807	21.173	18.695
Provisão para contingências	19	-	82.945	113.974
Acordos judiciais a pagar		9.400	-	-
Dividendos a distribuir	23	32.144	16.526	8.861
Obrigações com tarifa de contingência	5	123.172	85.668	67.040
Outras obrigações		3.641	3.964	2.167
		<b>450.322</b>	<b>453.733</b>	<b>447.063</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	17	335.971	357.741	392.559
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18	63.745	48.434	31.096
Tributos a recolher		24.974	32.755	29.731
Projeto Alvorada - recursos recebidos	9	174.468	174.468	174.468
Projeto KfW II - recursos recebidos	9	49.469	48.495	43.262
Acordos judiciais a pagar		8.617	-	-
Termos de cooperação – recursos recebidos		-	-	105.206
Provisão para contingências	19	57.852	23.639	11.472
Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde	21	138.046	84.011	6.568
Garantias contratuais de fornecedores		3.718	3.153	4.058
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	139.647	197.076	208.546
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	16.126	-
		<b>996.507</b>	<b>985.898</b>	<b>1.006.966</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	22	1.869.622	1.760.097	1.743.586
Lucros acumulados	23	20.773	29.010	6.795
Ajuste de avaliação patrimonial	23	489.554	518.025	545.711
Outros resultados abrangentes		(88.538)	(84.011)	(6.567)
		<b>2.291.411</b>	<b>2.223.121</b>	<b>2.289.525</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.738.240</b>	<b>3.662.752</b>	<b>3.743.554</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)
Receita líquida de serviços	31	<b>1.324.382</b>	1.171.192
Custos dos serviços prestados	32	<b>(661.735)</b>	(627.877)
Custos de construção	32	<b>(79.184)</b>	(102.359)
		<b>(740.919)</b>	(730.236)
Lucro bruto		<b>583.463</b>	440.956
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	33	<b>(158.303)</b>	(137.388)
Despesas administrativas	34	<b>(274.066)</b>	(275.279)
Outras despesas, líquidas		<b>(10.743)</b>	(8.241)
		<b>(443.112)</b>	(420.908)
Lucro operacional		<b>140.351</b>	20.048
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	35	<b>80.562</b>	54.555
Despesas financeiras	35	<b>(112.673)</b>	(59.072)
		<b>(32.111)</b>	(4.517)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>108.240</b>	15.531
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	<b>(69.474)</b>	(31.765)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	25	<b>25.975</b>	6.372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	<b>23.696</b>	20.917
		<b>(19.803)</b>	(4.476)
Lucro líquido do exercício		<b>88.437</b>	11.055
Resultado por lote de mil ações do capital social ponderado			
Ações ordinárias	30	0,5028	0,0655
Ações preferenciais	30	<u>0,5530</u>	<u>0,0721</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>31/12/2017</u> <u>(reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	88.437	11.055
Outros resultados abrangentes	(4.527)	(77.444)
Resultado abrangente do exercício	<u>83.910</u>	<u>(66.389)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Demonstração das mutações no patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
		Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	1.743.586	22.197	7.129	26.583	545.711	(6.567)	(49.114)	2.289.525
Integralização de capital	16.511	-	-	-	-	-	-	16.511
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(27.686)	-	27.686	-
Reconhecimento perdas atuariais com benefício definido	-	-	-	-	-	(77.444)	-	(77.444)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.055	11.055
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	6.372	-	-	-	(6.372)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	49.579	-	-	(49.579)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(16.526)	(16.526)
Em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	1.760.097	22.197	13.501	76.162	518.025	(84.011)	(82.850)	2.223.121
Integralização de capital	109.525	-	(16.847)	(76.154)	-	-	-	16.524
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(28.471)	-	28.471	-
Reconhecimento perdas atuariais com benefício definido	-	-	-	-	-	(4.527)	-	(4.527)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva	-	-	-	(8)	-	-	8	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	88.437	88.437
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	25.975	-	-	-	(25.975)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(32.144)	(32.144)
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	1.869.622	22.197	22.629	-	489.554	(88.538)	(24.053)	2.291.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>108.240</b>	15.531
Depreciação e amortização	13 e 15	<b>148.386</b>	143.081
Valor residual da baixa de ativos imobilizados e intangíveis	13 e 15	<b>36.747</b>	28.321
Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	12	<b>(19.451)</b>	(15.035)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	<b>41.272</b>	37.256
Reversão de contingência	19	<b>499</b>	(23.836)
Provisão incentivo à aposentadoria – PRSP	18	<b>63.599</b>	(58.011)
Atualização da provisão incentivo a aposentadoria – PRSP	18	<b>9.200</b>	(6.469)
Ajuste a valor presente – PRSP	18	<b>(17.606)</b>	14.089
Provisão atuarial - Benefício definido Plano de saúde		<b>3.898</b>	-
Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS		<b>946</b>	(1.127)
Juros e variações monetárias e cambiais		<b>66.343</b>	26.176
Provisão para perdas do estoque		<b>140</b>	(465)
Tributos diferidos		<b>(1.678)</b>	(9.823)
Rendimento aplicações financeiras		<b>(9.478)</b>	(3.507)
		<b>431.057</b>	146.181
Variações nos ativos e passivos			
Depósitos vinculados a convênios		<b>(14.477)</b>	(9.551)
Contas a receber de clientes		<b>(53.016)</b>	(70.527)
Estoques		<b>(4.561)</b>	269
Tributos a recuperar		<b>5.587</b>	(11.409)
Depósitos para reinvestimento		<b>5.317</b>	(1.565)
Outros ativos		<b>(606)</b>	15.895
Fornecedores		<b>611</b>	(6.607)
Incentivo à aposentadoria – PRSP	18	<b>(31.444)</b>	75.531
Imposto de renda e contribuição social a recolher		<b>21.967</b>	2.747
Tributos a recolher		<b>(5.715)</b>	3.923
Acordos judiciais a pagar		<b>(33.510)</b>	-
Provisão para contingências		<b>(4.175)</b>	-
Obrigação com tarifa de contingência		<b>26.494</b>	18.628
Projetos Alvorada e KfW II		<b>(3.672)</b>	(1.761)
Outros passivos		<b>(247)</b>	6.982
Caixa proveniente das operações		<b>339.610</b>	168.736
Juros pagos		<b>(26.751)</b>	(24.892)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<b>(40.620)</b>	(6.767)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<b>272.239</b>	137.077
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		<b>(115.559)</b>	(40.865)
Aquisição de imobilizado/intangível	13/15	<b>(106.533)</b>	(73.892)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<b>(222.092)</b>	(114.757)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos	17	<b>(54.072)</b>	(52.966)
Devoluções de empréstimos e financiamento		-	(2.581)
Ingressos de empréstimos	17	<b>4.043</b>	14.181
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	16.126
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<b>(50.029)</b>	(25.240)
Acréscimo/Redução de caixa e equivalentes de caixa		<b>118</b>	(2.920)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<b>1.088</b>	4.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<b>1.206</b>	1.088
Varição no caixa e equivalente de caixa		<b>118</b>	(2.920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)
Receitas		
Vendas brutas de serviços	1.370.194	1.177.541
Venda brutas de construções	79.184	102.359
Outras receitas	4.533	4.051
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição)	<b>(37.343)</b>	<b>(30.297)</b>
	<b>1.416.568</b>	1.253.654
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica	<b>(114.252)</b>	(105.700)
Água bruta	<b>(59.278)</b>	(57.801)
Materiais de tratamento	<b>(53.198)</b>	(58.150)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	<b>(82.451)</b>	(76.412)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	<b>(352.123)</b>	(324.884)
Créditos de insumos	45.876	44.105
Custos de construções	<b>(36.853)</b>	(61.732)
	<b>(652.279)</b>	(640.574)
Valor adicionado bruto	<b>764.289</b>	613.080
Depreciação e amortização	<b>(148.386)</b>	(143.082)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<b>615.903</b>	469.998
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<b>63.321</b>	40.473
Receita financeira - ativo financeiro	<b>19.451</b>	15.800
	<b>82.772</b>	56.273
Valor adicionado total a distribuir	<b>698.675</b>	526.271
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal em encargos		
Remuneração direta	<b>171.546</b>	164.266
Benefícios	<b>55.087</b>	48.964
FGTS	<b>10.955</b>	10.275
Honorários de diretoria	<b>3.029</b>	2.810
Participação dos empregados nos lucros	<b>10.832</b>	10.426
Planos de aposentadorias e pensão	<b>45.993</b>	43.923
	<b>297.442</b>	280.664
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	<b>152.278</b>	130.380
Estaduais	<b>2.309</b>	1.447
Municipais	<b>1.110</b>	1.132
Agentes reguladores	<b>14.423</b>	13.705
Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	<b>10.941</b>	9.571
	<b>181.061</b>	156.235
Financiadores		
Juros	<b>23.903</b>	24.243
Outras despesas financeiras	<b>88.770</b>	34.828
Aluguéis	<b>19.062</b>	19.246
	<b>131.735</b>	78.317
Remuneração de capital próprio		
Lucros retidos	<b>88.437</b>	5.710
Dividendos	-	5.345
	<b>88.437</b>	11.055
Valor adicionado distribuído	<b>698.675</b>	526.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia” ou “CAGECE”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atuava em 151 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Atualmente a Cagece está atuando no município de Cariús e nos distritos de Sobral (Aprazível, Jaibara e Taperuaba) com contrato de delegação vencido, tendo em vista que os mesmos estão em processo de regularização da delegação.

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Base de preparação--Continuação**

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração considerou as orientações ocasionadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas estão sendo divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

A Administração fez uso da faculdade prevista no item 19 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para revisar os valores registrados no ativo financeiro, imobilizado e intangível pelo critério do custo atribuído. Com isso, afastou-se em caráter excepcional a aplicação do item 22 do ICPC 10, primeira parte, e item 31 do CPC 37, especificamente para as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e somente para os bens integrantes do patrimônio da Companhia em 1º de janeiro 2009.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.1. Base de preparação--Continuação

Essa decisão mostrou-se como sendo a única capaz a corrigir discrepâncias existentes na contabilidade da Companhia, decorrentes do uso do critério do custo histórico para contabilização patrimonial com ausência de suporte documental, o que levou, entre outras medidas, à abstenção de opinião dos auditores independentes da Companhia para os exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013, bem como a dificuldades nos procedimentos tarifários levados a efeito pela autoridade reguladora de água e saneamento do Estado do Ceará.

Além disso, o uso da faculdade do item 19 do CPC 26 também se revelou capaz de solucionar os questionamentos levantados pela CVM no Processo CVM nº RJ-2015-3093, tendo por objetivo adequar as demonstrações contábeis à realidade patrimonial da Companhia, bem como oferecer informações úteis e fidedignas aos usuários das demonstrações contábeis, nos termos do item 9 do CPC 26. Após o ajuste, refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as movimentações do ativo financeiro, imobilizado e intangível foram realizadas a custo de aquisição, restaurando a normalidade da aplicação das regras contábeis.

A Administração da Companhia elaborou as demonstrações contábeis com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelos membros da diretoria em 12 de dezembro de 2019.

### 2.2. Conversão de moeda estrangeira

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação**

### **2.2. Conversão de moeda estrangeira--Continuação**

#### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do período como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

### **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros

#### 2.4.1. Ativos financeiros

##### 2.4.1.1. *Classificação*

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

##### 2.4.1.2. *Impairment de ativos financeiros*

###### Ativos mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem "Ativos financeiros - Concessão", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 2.4.2. Passivos financeiros

##### 2.4.2.1. *Classificação*

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria os "Empréstimos e financiamentos", "Fornecedores", "Incentivo a aposentadoria - PRSP", "Obrigações com clientes" e "Garantias contratuais de fornecedores".

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

#### 2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.4.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 2.4.4. Contas a receber de clientes--Continuação

Os critérios para reconhecimento de impairment, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o Contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja o faturamento tem vencimento em até 30 dias, sendo que a Companhia reconhece como provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes, o total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontram com prazo de inadimplência superior a 180 dias que é considerado um indicador de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

#### 2.2.5. Ativos financeiros – concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

### 2.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.6. Intangível

#### a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Não obstante, conforme mencionado na Nota 2.1, em caráter excepcional foi adotada a contabilidade pelo custo atribuído para o ativo intangível da Companhia em 1º de janeiro de 2009. A exceção tornou-se necessária para retratar com fidedignidade a situação patrimonial da Companhia e está embasada em mais de 4.500 laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada, a pedido da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), que é autoridade reguladora responsável pela fiscalização das concessões da Companhia. Após esse ajuste, refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2014, a Companhia retornou contabilização regular do intangível ao custo de aquisição e/ou de construção.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Intangível--Continuação

##### a) Concessões--Continuação

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Adutoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

##### b) Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.6 Intangível--Continuação

#### b) Direitos de uso - concessão do município--Continuação

Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

#### c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.6. Intangível--Continuação

#### c) Softwares--Continuação

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

### 2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.7. Imobilizado--Continuação

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, conforme explicado na Nota 3 (a).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

### 2.8. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

### 2.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

# **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação**

### **2.9. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **2.10. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

### 2.12. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados a assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). As avaliações atuariais são anuais. No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAGECE e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. Outro benefício concedido é o plano de assistência à saúde, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais de conhecimento da CAGECE, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.12. Benefícios a empregados--Continuação

Desse modo, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, sob ditames do CPC 33, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa. Quanto ao plano de assistência médica, tendo-se em vista que a CAGECE já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de aumento de passivo.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 21.

#### a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável (PCV), em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais à Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.12. Benefícios a empregados--Continuação

#### a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

#### b) Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

#### c) Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.13. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### 2.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas.

Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos exercícios nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.15. Receita

#### a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, cujo serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: (i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; (ii) o valor pode ser mensurado com segurança; (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Receita--Continuação

##### c) Receitas de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

##### d) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução nº 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução nº 212, de 17 de agosto de 2016 (resoluções anexas à este memo), ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, devido à crise hídrica no Estado do Ceará, a aprovação da tarifa de contingência objetivou onerar o consumo exagerado ou desperdício de água pela população. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015 (período que os valores arrecadados foram imateriais para a Companhia) em conjunto com a conta de água do consumidor, pelos seguintes critérios:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015; e
- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Receita--Continuação

##### d) Tarifa de contingência--Continuação

A referida tarifa está vinculada com compromissos e obrigações descritas nas resoluções 201/15 e 212/16 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, cuja satisfação que faz jus aos recursos arrecadados, está condicionada unilateralmente à aprovação do regulador (ARCE). Dessa forma, os montantes faturados são inicialmente registrados na rubrica "Obrigação com tarifa de contingência" no passivo. Após o cumprimento dos requerimentos contidos nas resoluções 201/15 e 212/16, incluindo aprovações da ARCE, o reconhecimento do referido passivo será feito contra na rubrica de "obrigações especiais", como redutora dos montantes aplicados no intangível, ou como redutora de custos, no resultado do exercício, de acordo com a natureza de duas destinações e aplicações.

#### 2.16. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2018

##### Adoção CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 - Instrumentos financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018.

##### i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.16. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2018--Continuação

#### Adoção CPC 48 – Instrumentos Financeiros--Continuação

##### i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.16. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2018--Continuação

#### Adoção CPC 48 – Instrumentos Financeiros--Continuação

##### i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.16. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2018--Continuação

#### Adoção CPC 48 – Instrumentos Financeiros--Continuação

##### i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros--Continuação

•Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Instrumento financeiro	Classificação		Mudança valorização
	CPC 38	CPC 48	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Não
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado / Valor justo por meio do resultado	Não
Depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado / Valor justo por meio do resultado	Não
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	Não
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	Não
Projetos especiais (alvorada/Kfw)	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	Não
Ativos financeiros – contrato concessão	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	Não
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	Não
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	Não
Incentivo à aposentadoria – PRSP	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	Não
Financiamentos e empréstimos	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado	Não
Provisão atuarial plano de saúde	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Não

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.16. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2018--Continuação

#### Adoção CPC 48 – Instrumentos Financeiros--Continuação

##### ii) Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2018--Continuação

##### Adoção CPC 48 – Instrumentos Financeiros--Continuação

##### ii) Impairment de Ativos financeiros--Continuação

###### *Mensuração de perdas de crédito esperadas*

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problema de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

###### *Apresentação do impairment*

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em outros resultados abrangentes - ORA. As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

###### *Impacto do novo modelo de impairment.*

Para ativos no escopo do modelo de impairment do CPC 48, as perdas por Impairment devem aumentar e se tornar mais voláteis.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2018--Continuação

##### ii) Impairment de Ativos financeiros--Continuação

###### *Contas a receber e ativos contratuais*

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos sete anos. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e *status* de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Com base nas análises efetuadas não houve impacto significativo da aplicação da nova norma no cálculo do *impairment* destes ativos.

###### Adoção CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Substituí o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018).

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 e interpretações relacionadas.

A adoção do CPC 47 impactou na constituição da rubrica denominada "Ativos de contrato", no ativo não circulante, como forma de refletir os bens vinculados à concessão em construção, os quais serão transferidos para a rubrica do ativo intangível após sua conclusão. Nenhum outro efeito significativo foi identificado nas políticas contábeis da Companhia.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

##### CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 R1). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) retrospectivamente para cada período de divulgação anterior apresentado. A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

##### CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil--Continuação

Durante o exercício de 2018, a Companhia efetuou avaliação do impacto do CPC 06 (R2). Em resumo, espera-se que o impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

##### Impacto sobre o balanço patrimonial – aumento (redução) em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Valor</u>
Ativo	
Imobilizado (ativos de direito de uso)	1.014
Passivos	
Passivos de arrendamento	1.063
Passivo fiscal diferido	(17)
<b>Impacto líquido no patrimônio líquido</b>	<b><u>32</u></b>

##### Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) em 2018:

	<u>Valor</u>
Depreciação incluída no custo das vendas	(215)
Depreciação incluída em despesas gerais e administrativas	(260)
Despesa de arrendamento operacional incluída em despesas gerais e administrativas	502
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>27</b>
Despesas financeiras	(74)
Despesa de tributos	16
<b>Impacto líquido no resultado</b>	<b><u>(31)</u></b>

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia melhorará, e sua despesa com juros aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1).

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são:

a) Vida útil de bens do imobilizado e intangível decorrentes dos investimentos com infraestrutura das concessões, decorrente do curso normal das operações

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por especialistas com base em laudo técnico. Foi contratada empresa especializada com o objetivo de avaliar e determinar a vida útil dos ativos da Companhia, conforme nota de ativo imobilizado e ativo intangível.

b) Provisão para incentivo à aposentadoria - PRSP

O Plano de Reconhecimento dos Serviços Prestados (PRSP) incentiva os empregados com idade superior a 56 anos a se desligarem da Companhia e obterem um benefício de aposentadoria em seu favor. Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis/sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 11,85 % a.a. Essa taxa foi calculada com base na taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das demonstrações contábeis. O detalhe do plano está descrito na Nota 18.

c) Reconhecimento de receita - contratos de construção

A receita de construção é reconhecida sobre todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos, inclusive os encargos financeiros capitalizados, que segue o método de custo sem adicional de margem de construção.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério para estimativa dos créditos de liquidação duvidosa está descrito na Nota 8.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

#### e) Provisão para contingências e depósitos judiciais

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Visando ao aprimoramento contínuo da governança, em 2017 foi criada a Gerência de Governança, Riscos e Compliance - GRC, vinculada à Diretoria de Planejamento e Captação de Recursos - DPC, com o objetivo de planejar e gerir ações corporativas, adotando uma abordagem sistêmica para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos, controles internos, gestão de riscos, governança e compliance, tendo como base as exigências legais preconizadas pela Lei Nº 13.303 - Lei de Responsabilidade das Estatais, além de adotar as recomendações estabelecidas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A área de riscos da Cagece, subordinada à GRC, têm como atribuição coordenar os processos de implantação, avaliação e manutenção da gestão de processos, gestão de riscos e controles internos, com vistas a melhoria do desempenho organizacional, redução do impacto dos riscos e disseminação da cultura de controles internos na Cagece.

A partir da implementação do modelo de gestão de riscos, estão sendo mapeados todos os riscos dos macroprocessos da Cadeia de Valor da Cagece, de modo a fortalecer os controles internos e permitir uma tomada de decisão pelos gestores pautada na análise dos indicadores de riscos. Além dos aspectos gerenciais, a gestão de riscos fortalecerá a transparência dos processos gerenciais, bem como a definição de critérios para priorização de investimentos e recursos.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### a) Risco de mercado

##### i) *Risco cambial*

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “*hedge*” ou “*swap*”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 18)	<b>219.800</b>	205.429

##### ii) *Risco de taxa de juros*

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 177.296 (R\$ 208.373 em 31 de dezembro de 2017) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR) e (TJLP) – vide Nota 16.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### a) Risco de mercado--Continuação

##### ii) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1. (d).

#### b) Risco de crédito

A Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos.

*Particulares* - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.).

*Órgãos públicos* - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia.

*Serviços indiretos* - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do inciso V do art.40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado em um prazo de 30 dias.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros não derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Empréstimos e financiamentos	61.125	58.743	105.881	171.347	397.096
Fornecedores	124.618	-	-	-	124.618
Incentivo a aposentadoria – PRSP	34.980	40.209	17.248	6.288	98.725
Obrigações com clientes	3.558	-	-	-	3.558
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>					
Empréstimos e financiamentos	56.061	54.053	121.292	182.396	413.802
Fornecedores	124.007	-	-	-	124.007
Incentivo à aposentadoria – PRSP	26.541	36.812	8.119	3.504	74.976
Obrigações com clientes	3.879	-	-	-	3.879

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o pronunciamento técnico CPC 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada, conforme Nota 28, para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$3,8742 em 31 de dezembro de 2018; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$4,8428; e (iii) cenário III, passando a R\$5,8113.

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2018 em 6,40% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da cotação em 25% (8% a.a.) e 50% (9,6% a.a.), respectivamente.

Instrumentos financeiros	Risco	31/12/2018		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Ativo financeiro</b>				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
- Ativo	Alta do indexador	<b>78.062</b>	<b>79.094</b>	<b>80.125</b>
- Impacto no resultado		-	<b>1.032</b>	<b>2.063</b>
<b>Passivo financeiro</b>				
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades, BNDES e BID				
- Passivo	Alta do indexador	<b>397.096</b>	<b>403.817</b>	<b>410.539</b>
- Impacto no resultado		-	<b>(6.721)</b>	<b>(13.443)</b>
BID				
- Passivo	Alta do U\$\$	<b>216.607</b>	<b>270.759</b>	<b>324.911</b>
- Impacto no resultado		-	<b>(54.152)</b>	<b>(108.304)</b>

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM--Continuação

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

### 4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Total dos empréstimos (Nota 17)	<b>397.096</b>	413.802
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<b>(1.206)</b>	(1.088)
Menos: aplicações financeiras (Nota 6)	<b>(162.905)</b>	(40.865)
Dívida líquida	<b>232.985</b>	371.849
Total do patrimônio líquido	<b>2.291.411</b>	2.223.121
Total do capital próprio e de terceiros	<b>2.524.396</b>	2.594.970
Índice de alavancagem financeira - %	<b>09</b>	14

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA (bra)	-	11
AA	<b>164.091</b>	41.940
Outros (*)	<b>20</b>	<b>2</b>
	<b><u>164.111</u></b>	<b><u>41.953</u></b>

(\*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil S.A.	AA (bra)
Caixa Econômica Federal	AA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	Outros (*)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 5. Reapresentação das demonstrações contábeis

Estas demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas de acordo ao pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em razão da revisão das práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento da receita relativa à tarifa de contingência, cuja prática contábil revisada encontra-se descrita na nota 2.15 – C. A referida reapresentação resultaram nas seguintes mudanças sobre as demonstrações contábeis originalmente divulgadas: (i) estorno da receita de tarifa de contingência, líquida de provisão para perdas e respectivo reconhecimento da rubrica “Obrigação com tarifa de contingência” no passivo; (ii) criação da rubrica “Obrigação especial” como redutora do ativo intangível, cujo registro reflete os montantes inicialmente registrados na rubrica “Obrigação com tarifa de contingência”, os quais, após cumpridos os requerimentos estabelecidos nas resoluções 201/15 e 212/16 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e resolução 02/15 da Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, são registrados na rubrica “Obrigação especial”; (iii) registro na forma de recuperação de custos, no resultado do exercício, os montantes originalmente registrados na rubrica “Obrigação com tarifa de contingência”, após cumpridos os requerimentos estabelecidos nas resoluções 201/15 e 212/16 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE; (iv) registro dos tributos diferidos incidentes.

Adicionalmente, foi criada a rubrica “Ativo de Contrato”, cujo saldo foi originalmente divulgado na rubrica “Intangível em andamento”. Estes montantes representam o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente, ainda em andamento, e amparado pelo pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente, o qual requer que bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 5. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Em decorrência dos fatos supracitados, a Companhia revisitou os cálculos e estimativas realizados para estes saldos à época a fim de adequá-los a sua estrutura e operação, ocasionando os seguintes ajustes, retroativamente:

	Item	Resultado		Patrimônio líquido		
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Saldos originalmente apresentados		132.714	47.148	2.440.897	2.328.330	2.358.390
Estorno da receita com tarifa de contingência, líquido de perdas	(a)	(106.703)	(93.137)	(290.346)	(183.643)	(90.255)
Estorno dos rendimentos financeiros com tarifa de contingência, líquido das despesas	(b)	(2.894)	(2.879)	(7.585)	(4.691)	(1.812)
Reembolso dos gastos (custo com serviço) com tarifa de contingência	(c)	42.331	40.627	87.924	45.593	4.966
Efeito de PIS e COFINS sobre tarifa de contingência	(d)	11.981	9.473	29.700	17.719	8.246
Efeito de IR/CS diferidos sobre tarifa de contingência	(e)	11.008	9.823	30.821	19.813	9.990
		(44.277)	(36.093)	(149.486)	(105.209)	(68.865)
Saldos reapresentados		88.437	11.055	2.291.411	2.223.121	2.289.525

- (a) Estorno dos montantes originalmente registrados como receita no resultado do exercício, líquido dos respectivos custos;
- (b) Estorno de rendimento financeiro auferidos dos recursos aplicados com uso dos montantes arrecadados relativos à tarifa de contingência;
- (c) Registro ao resultado, na forma de recuperação de custos, dos montantes relativos às tarifas de contingências utilizados para reembolso dos custos com serviço anteriormente financiados pela Companhia, para manter a normalidade de fornecimento durante a crise hídrica. Tais registros são realizados após cumpridos os requerimentos estabelecidos nas resoluções 201/15 e 212/16 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE;
- (d) Recuperação de gastos com PIS e COFINS sobre recursos da tarifa de contingência;
- (e) Registro dos efeitos de IRPJ e CSLL diferidos, oriundos das diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais, decorrentes dos ajustes acima descritos; e
- (f) Reclassificação de saldo de obrigação com tarifa de contingência para ativo intangível (obrigação especial - redutora) decorrente dos recursos aplicados em investimentos. Cabe acrescentar que a amortização dos investimentos e respectiva conta de obrigação especial (redutora), serão amortizadas ao resultado pela mesma prática contábil anteriormente adotada pela Companhia, ou seja, durante o prazo de concessão.
- (g) Reclassificação do ativo de contrato, visto que com a adoção do CPC 47 a partir de 01 de janeiro de 2018, durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 5. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Adicionalmente, a seguir serão reapresentados os demonstrativos contábeis afetados com os devidos ajustes identificados:

### Balanco patrimonial

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Ativos circulantes	542.909	-	542.909	393.137	-	393.137
	542.909	-	542.909	393.137	-	393.137
<b>Não circulante</b>						
Ativos de contrato – (g)	-	252.353	252.353	-	-	-
Intangível – (f) e (g)	2.730.508	(309.488)	2.421.020	2.808.865	(39.353)	2.769.512
Outros ativos não circulantes	521.958	-	521.958	500.103	-	500.103
	3.252.466	(57.135)	3.195.331	3.308.968	(39.353)	3.269.615
	3.795.375	(57.135)	3.738.240	3.702.105	(39.353)	3.662.752
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Obrigação tar. conting. – (a), (b), (c), (d), (f) e (g)	-	123.172	123.172	-	85.668	85.668
Passivos circulantes	327.150	-	327.150	368.065	-	368.065
	327.150	123.172	450.322	368.065	85.668	453.733
<b>Não circulante</b>						
IR/CS diferido – (e)	170.468	(30.821)	139.647	216.888	(19.812)	197.076
Outros passivos não circulantes	856.860	-	856.860	788.822	-	788.822
	1.027.328	(30.821)	996.507	1.005.710	(19.812)	985.898
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	1.869.622	-	1.869.622	1.760.097	-	1.760.097
Reserva de lucros – (a), (b), (c), (d) e (e)	170.259	(149.486)	<b>20.773</b>	134.219	(105.209)	29.010
Ajuste de avaliação patrimonial	489.554	-	489.554	518.025	-	518.025
Outros resultados abrangentes	(88.538)	-	(88.538)	(84.011)	-	(84.011)
	2.440.897	(149.486)	2.291.411	2.328.330	(105.209)	2.223.121
	3.795.375	(57.135)	3.738.240	3.702.105	(39.353)	3.662.752

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 5. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

### Demonstração do resultado

	31/12/2018			31/12/2017		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.423.034	(98.652)	1.324.382	1.261.815	(90.623)	1.171.192
Custo dos serviços prestados	(783.250)	42.331	(740.919)	(770.863)	40.627	(730.236)
Lucro bruto	639.784	(56.321)	583.463	490.952	(49.996)	440.956
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas comerciais	(162.232)	3.929	(158.303)	(144.347)	6.959	(137.388)
Despesas gerais e administrativas	(274.066)	-	(274.066)	(275.279)	-	(275.279)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10.743)	-	(10.743)	(8.241)	-	(8.241)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	192.743	(52.392)	140.351	63.085	(43.037)	20.048
Receitas financeiras	84.081	(3.519)	80.562	58.223	(3.668)	54.555
Despesas financeiras	(113.298)	625	(112.673)	(59.861)	789	(59.072)
Resultado financeiro	(29.217)	(2.894)	(32.111)	(1.638)	(2.879)	(4.517)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	163.526	(55.286)	108.240	61.447	(45.916)	15.531
Imposto de renda e contribuição social correntes	(69.474)	-	(69.474)	(31.765)	-	(31.765)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	25.975	-	25.975	6.372	-	6.372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.687	11.009	23.696	11.094	9.823	20.917
Lucro líquido do exercício	132.714	(44.277)	88.437	47.148	(36.093)	11.055

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 5. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

### Demonstração da variação no lucro por ação básico e diluído

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Numerador						
Lucro disponível aos acionistas ordinários	132.672	(44.263)	88.409	47.132	(36.082)	11.050
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	42	(14)	28	16	(11)	5
	<u>132.714</u>	<u>(44.277)</u>	<u>88.437</u>	<u>47.148</u>	<u>(36.093)</u>	<u>11.055</u>
Denominador (em milhares de ações)						
Média ponderada de número de ações ordinárias	178.063	(2.220)	175.843	169.182	(461)	168.721
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	-	57	57	-	57
	<u>178.120</u>	<u>(2.220)</u>	<u>175.900</u>	<u>169.239</u>	<u>(461)</u>	<u>168.778</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)						
Ação ordinária	0,7446	(0,2418)	0,5028	0,2786	(0,2131)	0,0655
Ação preferencial	0,8191	(0,2727)	0,5464	0,3064	(0,2345)	0,0719

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 5. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

### Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucros antes do IRPJ e CSLL	163.526	(55.286)	108.240	61.447	(45.916)	15.531
Ajustes para conciliar o LAIR ao caixa líquido						
Obrigação com tarifa de contingência	-	37.504	37.504	-	18.628	18.628
Outros ajustes ao caixa líquido	126.495	-	126.495	102.919	-	102.918
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>290.021</b>	<b>(17.782)</b>	<b>272.239</b>	<b>164.366</b>	<b>(27.289)</b>	<b>137.077</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:						
Aquisição de imobilizado/intangível	(124.315)	17.782	(106.533)	(101.181)	27.289	(73.892)
Outros ajustes ao caixa líquido	(115.559)	-	(115.559)	(40.865)	-	(40.865)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(239.874)</b>	<b>17.782</b>	<b>(222.092)</b>	<b>(142.046)</b>	<b>27.289</b>	<b>(114.757)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:						
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(50.029)</b>	<b>-</b>	<b>(50.029)</b>	<b>(25.240)</b>	<b>-</b>	<b>(25.240)</b>
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>118</b>	<b>-</b>	<b>118</b>	<b>(2.920)</b>	<b>-</b>	<b>(2.920)</b>
Varição do caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	1.088	-	1.088	4.008	-	4.008
No fim do exercício	1.206	-	1.206	1.088	-	1.088
<b>Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>118</b>	<b>-</b>	<b>118</b>	<b>(2.920)</b>	<b>-</b>	<b>(2.920)</b>

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 5. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação

### Demonstração do valor adicionado

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>RECEITAS</b>						
Receita de abastecimento de água e esgotamento sanitário	1.277.638	(100.097)	1.177.541	1.480.827	(110.633)	1.370.194
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(37.256)	6.959	(30.297)	(41.272)	3.929	(37.343)
Outras receitas de serviços	106.410	-	106.410	83.717	-	83.717
	<b>1.346.792</b>	<b>(93.138)</b>	<b>1.253.654</b>	<b>1.523.272</b>	<b>(106.704)</b>	<b>1.416.568</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>						
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(324.884)	40.627	(284.257)	(352.123)	42.331	(309.792)
Outros insumos adquiridos de terceiros	(356.318)	-	(356.318)	(342.487)	-	(342.487)
	<b>(681.202)</b>	<b>40.627</b>	<b>(640.575)</b>	<b>(694.610)</b>	<b>42.331</b>	<b>(652.279)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>665.590</b>	<b>(52.511)</b>	<b>613.079</b>	<b>828.662</b>	<b>(64.373)</b>	<b>764.289</b>
Depreciação e amortização	(143.081)	-	(143.081)	(148.386)	-	(148.386)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>522.509</b>	<b>(52.511)</b>	<b>469.998</b>	<b>680.276</b>	<b>(64.373)</b>	<b>615.903</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>						
Receitas financeiras	44.141	(3.668)	40.473	66.840	(3.519)	63.321
Receita financeira - Ativo financeiro	15.800	-	15.800	19.451	-	19.451
	<b>59.941</b>	<b>(3.668)</b>	<b>56.273</b>	<b>86.291</b>	<b>(3.519)</b>	<b>82.772</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>582.450</b>	<b>(56.179)</b>	<b>526.271</b>	<b>766.567</b>	<b>(67.892)</b>	<b>698.675</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
Pessoal e encargos	280.664	-	280.664	297.441	-	297.441
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores						
Federais	149.676	(19.296)	130.380	175.268	(22.990)	152.278
Outros gastos com impostos	25.855	-	25.855	28.783	-	28.783
	<b>175.531</b>	<b>(19.296)</b>	<b>156.235</b>	<b>204.051</b>	<b>(22.990)</b>	<b>181.061</b>
Financiadores						
Despesas financeiras	35.618	(790)	34.828	89.396	(626)	88.770
Outras despesas financeiras	43.489	-	43.489	42.965	-	42.965
	<b>79.107</b>	<b>(790)</b>	<b>78.317</b>	<b>132.361</b>	<b>(626)</b>	<b>131.735</b>
Remuneração de capital próprio						
Lucros retidos no período	30.622	(24.912)	5.710	132.714	(44.277)	88.437
Dividendos	16.526	(11.181)	5.345	-	-	-
	<b>47.148</b>	<b>(36.093)</b>	<b>11.055</b>	<b>132.714</b>	<b>(44.277)</b>	<b>88.437</b>
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>582.450</b>	<b>(56.179)</b>	<b>526.271</b>	<b>766.567</b>	<b>(67.892)</b>	<b>698.675</b>

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	990	884
Bancos conta arrecadação	216	204
	<u>1.206</u>	<u>1.088</u>

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo:

	<u>Tipo</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	92.476	18.099
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	Cotas diárias	3.958	6.194
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CDB	CDB FLEX	99% CDI	8.322	90
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Renda Fixa	Cotas diárias	52.813	10.303
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	Cotas diárias	5.336	6.179
				<u>162.905</u>	<u>40.865</u>

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras representam um específico momento no exercício da Cagece, fazendo parte do complexo contexto da prestação regionalizada dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água tratada e de esgotamento sanitário. A partir dos constantes ajustes de gestão operacional e dos reajustes tarifários deferidos no exercício que amenizaram o déficit na receita requerida para a prestação dos serviços, foi possível experimentar essa relativa disponibilidade de recursos.

A seu turno, esses valores se referem a sobras operacionais que são utilizadas para a Cagece reinvestir na operação, a fim de tentar realizar todas as diversas obrigações de universalização e de manutenção e renovação de ativos, as quais não possuem receita tarifária suficiente nem recursos dos orçamentos fiscais federal e estadual para lhes fazer face. Essas momentâneas sobras são absolutamente necessárias para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicadas em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização das mesmas, a fim de que se capitalize mais para maximizar a sua utilização na operação.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 7. Depósitos vinculados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta vinculada	319	6.138
Aplicações financeiras vinculadas	<u>78.062</u>	<u>55.457</u>
	<u>78.381</u>	<u>61.595</u>

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. No período findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 69.659 (R\$ 45.917 em 31 de dezembro de 2017) se refere à arrecadação decorrente da tarifa de contingência, estando tal valor vinculado, conforme resoluções descritas na Nota 8, a despesas específicas advindas da estiagem aprovadas pelas agências reguladoras e, ainda, a investimentos em combate a perdas operacionais de água constantes de plano também aprovado pelos reguladores e R\$ 8.722 (R\$ 15.678 em 31 de dezembro de 2017) se referem a repasses que o acionista Governo do Estado faz para obras conveniadas, conforme as regras incidentes em cada espécie, sendo tais valores vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 8. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Particulares	<b>339.597</b>	298.911
Órgãos públicos	<b>21.900</b>	24.460
Tarifa de contingência (a)	<b>30.877</b>	27.925
Serviços indiretos	<b>46.007</b>	36.259
Serviços prestados a faturar	<b>73.490</b>	70.731
	<b>511.871</b>	458.286
Agentes arrecadadores (b)	<b>4.221</b>	6.009
(-) Arrecadação a discriminar (c)	<b>(5.392)</b>	(6.611)
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (d)	<b>(240.787)</b>	(199.515)
	<b>(241.958)</b>	(200.117)
	<b>269.913</b>	258.169

### Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	<b>214.705</b>	201.022
Vencidos:		
1 a 30 dias	<b>41.978</b>	41.452
31 a 60 dias	<b>15.796</b>	17.393
61 a 90 dias	<b>8.161</b>	10.542
91 a 180 dias	<b>22.117</b>	20.314
mais de 180 dias	<b>209.114</b>	167.563
	<b>511.871</b>	458.286

#### (a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução nº 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução nº 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por parte da população face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 8. Contas a receber de clientes--Continuação

### (a) Tarifa de contingência--Continuação

As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência.
- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE.

### (b) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na conta "Agentes arrecadadores" referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

### (c) Arrecadação a discriminar

Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, cuja baixa da correspondente fatura ainda não foi realizada no sistema comercial da Companhia.

### (d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A Companhia adota como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- (i) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor até R\$15;
- (ii) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor superior a R\$15, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (iii) Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontram nos critérios acima; e
- (iv) Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão para crédito de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	<b>(199.515)</b>	(162.259)
Constituição	<b>(125.407)</b>	(131.412)
Reversão (e)	<b>84.135</b>	94.156
Saldo final	<b><u>(240.787)</u></b>	<u>(199.515)</u>

- (e) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de reversão de R\$ 84.135 está representado, principalmente, por reversões e refaturamentos nos montantes de R\$ 36.201 e R\$ 47.934, respectivamente.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 9. Projetos

#### a) Projeto Alvorada

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Conforme a Cláusula 15ª do Convênio nº 039/2001, "Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares". Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, contudo, em função de atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de Cariré e do distrito de Inhuçu em São Benedito, em outubro de 2013, este convênio foi prorrogado para 17 de março de 2014. Em decorrência dessa prorrogação, o Convênio nº 005/Seinfra/2001 teve o seu prazo de finalização postergado para 30 de setembro de 2014. O referido projeto foi concluído. Atualmente, a Prestação de Contas está em andamento e a CAGECE está aguardando o posicionamento da Secretaria das Cidades sobre como será a integralização no ativo dos bens construídos, conforme Ofício nº 594/14/GEAPE ADM/DPC.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$174.829 (R\$174.829 em 31 de dezembro de 2017), denominada de Projeto Alvorada - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada - recursos recebidos, no montante de R\$174.468 (R\$174.468 em 31 de dezembro de 2017), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre essas contas de R\$361 (R\$361 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 9. Projetos--Continuação

#### b) Projeto KfW

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW Bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. O projeto KfW III tem prazo de finalização para junho de 2020. Após o encerramento da execução do projeto, será realizada a prestação de contas que, após aprovada, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos passarão a ser operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural - SISAR.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 53.720 (R\$ 49.074 em 31 de dezembro de 2017), denominada de Projeto KfW - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW - recursos recebidos, no montante de R\$ 49.469 (R\$ 48.495 em 31 de dezembro de 2017), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 3.218 (R\$ 1.443 em 31 de dezembro de 2017), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 10. Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Causas cíveis	3.880	1.891
Contingências vinculadas - cíveis	(1.625)	(131)
Causas trabalhistas	5.029	5.244
Contingências vinculadas - trabalhistas	(1.922)	(635)
Causas tributárias	3.165	4.682
	<u>8.527</u>	<u>11.051</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no período está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	1.760	4.609	4.682	11.051
Novos depósitos	2.857	3.025	1	5.883
Reversões	(1.014)	(3.573)	(1.659)	(6.246)
Atualização monetária	147	334	141	622
Compensação com causas judiciais	(1.495)	(1.288)	-	(2.783)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u>2.255</u>	<u>3.107</u>	<u>3.165</u>	<u>8.527</u>

### 11. Depósitos vinculados a garantias

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Banco do Brasil S.A.	10.368	9.505
Caixa Econômica Federal	2.482	2.362
Garantias contratuais	65	-
	<u>12.915</u>	<u>11.867</u>

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 6.641 (R\$6.344 em 31 de dezembro de 2017) e conta reserva no valor de R\$ 3.727 (R\$ 3.161 em 31 de dezembro de 2017), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 12. Ativos financeiros - Contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 224.361 (R\$ 191.124 em 31 de dezembro de 2017) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes saldos foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 19.451 (R\$ 15.800 em 31 de dezembro de 2017), conforme Nota 35.

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	<b>Capitalização</b>				
	<b>31/12/2017</b>	<b>ativo financeiro</b>	<b>Atualização do ativo financeiro</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2018</b>
Ativo financeiro	191.124	17.835	19.451	(4.049)	224.361
	191.124	17.835	19.451	(4.049)	224.361

	<b>Capitalização</b>				
	<b>31/12/2016</b>	<b>ativo financeiro</b>	<b>Atualização do ativo financeiro</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2017</b>
Ativo financeiro	174.128	1.961	15.800	(765)	191.124
	174.128	1.961	15.800	(765)	191.124

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 12. Ativos financeiros - Contratos de concessão--Continuação

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do ativo financeiro sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Ativo financeiro em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Ativo financeiro	224.361	(47.918)	176.443
	<u>224.361</u>	<u>(47.918)</u>	<u>176.443</u>

	Ativo financeiro em 31/12/2017	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2017
Ativo financeiro	191.124	(44.889)	146.235
	<u>191.124</u>	<u>(44.889)</u>	<u>146.235</u>

### 13. Imobilizado

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Edificações	25.459	(5.851)	19.608	19.291
Computadores e periféricos	8.339	(5.082)	3.257	3.403
Máquinas e equipamentos	7.472	(4.190)	3.282	2.273
Terrenos	14.249	-	14.249	14.809
Móveis e utensílios	7.002	(5.142)	1.860	2.262
Instalações	132	(60)	72	85
Veículos	1.320	(791)	529	120
Ferramentas	125	(85)	40	43
	<u>64.098</u>	<u>(21.201)</u>	<u>42.897</u>	<u>42.286</u>
Imobilizado em andamento	181	-	181	181
	<u>64.279</u>	<u>(21.201)</u>	<u>43.078</u>	<u>42.467</u>

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado--Continuação

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2017	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2018
Edificações	19.291	-	-	799	(482)	19.608
Computadores e periféricos	3.403	20	(3)	822	(985)	3.257
Máquinas e equipamentos	2.273	17	(6)	1.525	(527)	3.282
Terrenos	14.809	-	-	(560)	-	14.249
Móveis e utensílios	2.262	13	(8)	174	(581)	1.860
Instalações	85	-	-	-	(13)	72
Veículos	120	516	-	13	(120)	529
Ferramentas	43	1	-	8	(12)	40
	42.286	567	(17)	2.781	(2.720)	42.897
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	181
	42.467	567	(17)	2.781	(2.720)	43.078

	31/12/2016	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2017
Edificações	19.793	-	-	-	(502)	19.291
Computadores e periféricos	2.155	1.233	-	640	(625)	3.403
Máquinas e equipamentos	2.014	13	(1)	776	(529)	2.273
Terrenos	14.809	-	-	-	-	14.809
Móveis e utensílios	2.645	11	(2)	214	(606)	2.262
Instalações	99	-	-	-	(14)	85
Veículos	199	-	-	138	(217)	120
Ferramentas	50	-	-	6	(13)	43
	41.764	1.257	(3)	1.774	(2.506)	42.286
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	181
	41.945	1.257	(3)	1.774	(2.506)	42.467

Abaixo demonstramos a vida útil antes e após a reavaliação da vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil anterior	Vida útil atual
Computadores e periféricos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações	25 anos	20 a 67 anos
Ferramentas	5 anos	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado--Continuação

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, desta forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do imobilizado sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o período findo em 31 de dezembro de 2017, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	<b>Imobilizado líquido em 31/12/2018</b>	<b>Exclusão dos efeitos do custo atribuído</b>	<b>Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018</b>
Edificações	19.608	(5.421)	14.187
Computadores e periféricos	3.257	-	3.257
Máquinas e equipamentos	3.282	-	3.282
Terrenos	14.249	-	14.249
Móveis e utensílios	1.860	-	1.860
Instalações	72	-	72
Veículos	529	-	529
Ferramentas	40	-	40
	<b>42.897</b>	<b>(5.421)</b>	<b>37.476</b>
Imobilizado em andamento	181	-	181
	<b>43.078</b>	<b>(5.421)</b>	<b>37.657</b>

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado--Continuação

Premissas utilizadas para atribuição de valor e avaliação de vida útil--Continuação

	<u>Imobilizado líquido em 31/12/2017</u>	<u>Exclusão dos efeitos do custo atribuído</u>	<u>Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2017</u>
Edificações	19.291	(5.573)	13.718
Computadores e periféricos	3.403	(2)	3.401
Máquinas e equipamentos	2.273	(11)	2.262
Terrenos	14.809	-	14.809
Móveis e utensílios	2.262	(10)	2.252
Instalações	85	-	85
Veículos	120	-	120
Ferramentas	43	-	43
	<u>42.286</u>	<u>(5.596)</u>	<u>36.690</u>
Imobilizado em andamento	181	-	181
	<u>42.467</u>	<u>(5.596)</u>	<u>36.871</u>

### 14. Ativo de contrato (Reapresentado)

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adoção Inicial do CPC 47</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferências de obras</u>	<u>31/12/2018</u>
Contratos de concessão	-	521.260	107.899	(9.942)	(155.037)	464.180
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	-	(205.778)	(79.846)	1.482	29.299	(254.843)
Licença de uso de software	-	-	117	(49)	-	68
Estoque de obras	-	34.578	61.008	(17.169)	(35.469)	42.948
	-	<u>350.060</u>	<u>89.178</u>	<u>(25.678)</u>	<u>(161.207)</u>	<u>252.353</u>

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 15. Intangível (Reapresentado)

			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Concessão - água e esgoto	3.537.862	(1.070.401)	2.467.461	2.421.680
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(64.090)	5.292	(58.798)	(4.790)
Intangível em andamento	-	-	-	555.838
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	-	-	-	(205.779)
	<u>3.473.772</u>	<u>(1.065.109)</u>	<u>2.408.663</u>	<u>2.766.949</u>
Softw ares	6.870	(5.634)	1.236	1.110
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(249)	9.751	-
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.168)	1.232	1.304
Outorga - município de Frecheirinha	226	(88)	138	149
	<u>19.496</u>	<u>(7.139)</u>	<u>12.357</u>	<u>2.563</u>
	<u>3.493.268</u>	<u>(1.072.248)</u>	<u>2.421.020</u>	<u>2.769.512</u>

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 15. Intangível (Reapresentado)--Continuação

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2017	Adicao	Baixa	Transferencia	Transfere ncia para Ativo de contrato	Reclassificação	Amortização	Ativo Financeiro	31/12/2018
Concessão - água e esgoto	-	2.421.680	3.246	(11.051)	223.355	-	(150.256)	(19.514)	2.467.461
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	-	(4.790)	(1)	-	(65.272)	-	5.536	5.728	(58.798)
Intangível em andamento	-	555.838	-	-	-	(555.838)	-	-	-
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	(1)	(205.778)	-	-	205.778	-	-	-	-
Softw ares	-	1.110	398	-	342	-	(614)	-	1.236
Outorga - município de Maracanaú	-	-	10.000	-	-	-	(249)	-	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	-	1.304	-	-	-	-	(72)	-	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	-	149	-	-	-	-	(11)	-	138
		<u>2.769.513</u>	<u>13.643</u>	<u>(11.051)</u>	<u>158.426</u>	<u>(350.060)</u>	<u>(145.666)</u>	<u>(13.786)</u>	<u>2.421.020</u>

	31/12/2016	Adições	Baixa	Transferência	Reclassificação	Amortização	Ativo financeiro	31/12/2017
Concessão - água e esgoto	2.508.726	5.575	(11.260)	60.742	-	(140.142)	(1.961)	2.421.680
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	-	-	-	(4.790)	-	-	-	(4.790)
Intangível em andamento	389.355	173.782	(17.059)	(62.561)	72.321	-	-	555.838
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	(12.066)	(27.288)	-	4.790	(171.216)	-	-	(205.779)
Softwares	1.102	315	-	45	-	(352)	-	1.110
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.376	-	-	-	-	(72)	-	1.304
Outorga - município de Frecheirinha	150	-	1	-	-	(7)	-	149
	<u>2.888.652</u>	<u>152.384</u>	<u>(28.318)</u>	<u>(1.774)</u>	<u>(98.895)</u>	<u>(140.573)</u>	<u>(1.961)</u>	<u>2.769.512</u>

- (a) As adições ao intangível estão representadas substancialmente pela execução das seguintes obras: (i) Ampliação do Sistema de Reservação e Macro distribuição de Água da Região Metropolitana Reservatório do Taquarão e Adutoras; (ii) Ampliação do SAA Açude Mal Cozinhado em Cascavel-Ce; (iii) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias CD-1, CD-2 E CD-3 (META 1) no Município de Fortaleza-Ce; (iv) Execução das Estações Elevatórias e Estação de Tratamento de Esgoto e Sub-Adutora do Empreendimento Residencial Cidade Jardim no Bairro José Walter no Município de Fortaleza-Ce e (v) Serviços Técnicos de Expansão nos Sistemas de Água e Esgoto das Unidades de Negócio da Capital.
- (b) Em função de a Companhia ter adotado como política contábil classificar em intangível em andamento os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao intangível em andamento estão representadas parte pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia.
- (c) As transferências no período de doze meses ocorrem entre imobilizado e intangível no valor de R\$ 2.781.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 12.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 15. Intangível (Reapresentado)--Continuação

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do intangível sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Intangível líquido em 31/12/2018	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2018
Concessão - água e esgoto	2.408.663	(688.410)	1.720.253
Softwares	1.236	-	1.236
Outorga - município de Maracanaú	9.751	-	9.751
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.232	-	1.232
Outorga - município de Frecheirinha	138	-	138
	12.357	-	12.357
	<b>2.421.020</b>	<b>(688.410)</b>	<b>1.732.610</b>

	Intangível líquido em 31/12/2017	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2017
Concessão - água e esgoto	2.416.890	(734.402)	1.682.488
Intangível em andamento	350.059	-	350.059
	2.766.949	(734.402)	2.032.547
Softwares	1.110	-	1.110
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.304	-	1.304
Outorga - município de Frecheirinha	149	-	149
	2.563	-	2.563
	<b>2.769.512</b>	<b>(734.402)</b>	<b>2.035.110</b>

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 124.618 (R\$ 124.007 em 31 de dezembro de 2017) refere-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O contas a pagar para os fornecedores de obras e serviços correspondem a 94% do saldo total provisionado.

## 17. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	125.902	137.746
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	605	849
Banco Santander (iii)	2.971	808
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iv)	47.818	68.970
	<u>177.296</u>	<u>208.373</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (v)	219.800	205.429
	<u>397.096</u>	<u>413.802</u>
Circulante	<u>(61.125)</u>	<u>(56.061)</u>
Não circulante	<u>335.971</u>	<u>357.741</u>

### (i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a., com saldo devedor e prestações reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade dos saldos das contas vinculadas do FGTS, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração variando de 1% a 2% a.a. O pagamento da última parcela ocorrerá em 2032. Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. A posição em dezembro/2018 corresponde a 22 contratos vigentes. Existe ainda uma operação FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) tendo como operador a Caixa Econômica Federal, contratada em dezembro/2016, com as seguintes características: Sistema de Amortização Constante, prazo total de 60 meses, com carência de 24 meses para início da amortização e pagamento de encargos durante o período de carência a cada 3 meses (trimestrais). Saldo devedor corrigido pela TJLP. A TJLP foi substituída pela TLP apenas para os contratos firmados a partir de 01 de janeiro de 2018) em + 5,91%, incluindo os encargos remuneratórios do operador. Os recebíveis da Companhia foram dados como garantia da operação.

### (ii) Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará

Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de financiamentos obtidos pelo Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, sendo posteriormente reembolsado pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Atualmente existe apenas um contrato vigente, com vencimento em março de 2021. Nessas operações foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

### (iii) Banco Santander

Em 2017 foram aprovadas 6 (seis) operações FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) junto ao BNDES, tendo como operador o Banco Santander, antes da substituição da TJLP pela TLP. O valor total das operações remanescentes é de R\$ 6,5 milhões sendo 50% de contrapartida da Cagece. Todas as operações possuem características similares: Prazo total de 60 meses, sendo 6 de carência e 54 de amortização, saldo devedor corrigido pela TJLP + 5,10% a.a. já incluído nesse percentual a remuneração do agente, pagamento de encargos no período de carência (trimestral). Já ocorreram todas as liberações relacionadas as operações aprovadas, estando já em fase de amortização.

### (iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

O Contrato nº 10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$155,62 milhões.

O Contrato nº 12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$28,38 milhões.

Os encargos financeiros incidem sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 12.2.0618.1. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação vencendo em 15 de janeiro de 2021.

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à Instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

### (v) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR – II, que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não sujeito a desembolso do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais. Foram pagas 18 parcelas, sendo o próximo vencimento (parcela 19/40) em abril/2019.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	413.802	448.659
Novas liberações	4.043	11.601
Amortizações (principal e juros)	(80.823)	(77.858)
Juros e variações monetárias	24.384	23.808
Transferências intangível – Juros capitalizados	2.984	5.224
Varição cambial	32.706	2.368
Saldo final	<u>397.096</u>	<u>413.802</u>

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	-	54.053
2020 – 2022	138.106	121.292
2023 – 2025	79.554	66.413
2026 – 2028	79.527	66.387
2029 – 2031	37.058	47.937
2032 – 2033	1.726	1.659
	<u>335.971</u>	<u>357.741</u>

### 18. Incentivo à aposentadoria – PRSP

#### i) Composição

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Incentivo à aposentadoria – PRSP	125.714	93.771
Ajuste a valor presente	(26.989)	(18.795)
	<u>98.725</u>	<u>74.976</u>
Circulante	<u>(34.980)</u>	<u>(26.542)</u>
Não circulante	<u>63.745</u>	<u>48.434</u>

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Incentivo à aposentadoria – PRSP--Continuação

#### ii) Movimentação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	<b>74.976</b>	49.837
Pagamentos	<b>(31.444)</b>	(25.252)
Despesa financeira	<b>9.200</b>	6.469
Incrementos	<b>63.599</b>	58.011
Ajuste a valor presente	<b>(17.606)</b>	(14.089)
Saldo final	<b><u>98.725</u></b>	<u>74.976</u>

#### iii) Cronograma de realização

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1 ano	<b>34.980</b>	26.541
Entre 1 e 2 anos	<b>40.209</b>	36.812
Entre 2 e 5 anos	<b>17.248</b>	8.119
Mais de 5 anos	<b>6.288</b>	3.504
	<b><u>98.725</u></b>	<u>74.976</u>

#### a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD – 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Incentivo à aposentadoria – PRSP--Continuação

#### a) PRSP–Continuação

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 11,85%, correspondente à taxa *WACC (Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital)* da Companhia da data das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD – 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

#### b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD – 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30/04/2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar – Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas – GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30/04/2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30/05/2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Incentivo à aposentadoria – PRSP--Continuação

#### PRSP II–Continuação

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36(trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11,85%, correspondente à taxa *WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital)* da Companhia da data das demonstrações contábeis.

#### PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III) através da resolução Nº 011/17/DPR. Posteriormente alterada pela resolução Nº 016/17/DPR, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida neste Regulamento.

O presente plano se destina aos empregados do quadro próprio que atendam as condições expressas neste Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31/12/2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Incentivo à aposentadoria – PRSP--Continuação

#### c) PRSP III--Continuação

O prazo para adesão se iniciou na data da publicação deste Regulamento e se encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017. A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 16 (dezesesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev; (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11,85%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das demonstrações contábeis.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 19. Provisão para contingências

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Causas cíveis	<b>53.563</b>	99.583
Depósito judicial vinculado – cíveis	<b>(1.625)</b>	(130)
Causas trabalhistas	<b>7.836</b>	7.766
Depósito judicial vinculado – trabalhistas	<b>(1.922)</b>	(635)
	<b>57.852</b>	106.584
	<hr/>	
Circulante	-	(82.945)
	<hr/>	
Não circulante	<b>57.852</b>	23.639
	<hr/>	

Foi efetuado um acordo judicial com a empresa MARSILOP DO BRASIL SOCIEDADE DE EMPREITADAS S/A em 21 de junho de 2018, no valor total de R\$ 23.500, com pagamento a ser efetuado em 30 parcelas, sendo o total pago no montante de R\$ 5.483, remanescendo o montante de R\$ 18.017 a ser pago até a presente data, referente ao processo cível de nº 0522849-8.2011.8.060001 que trata do pedido de pagamento de serviços realizados e materiais fornecidos na obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Quixadá; e a empresa JOTADOIS PREMOLDADOS LTDA em 22 de novembro de 2018, no valor total de R\$ 24.023, com pagamento efetuado em 02 parcelas, nos meses de novembro e dezembro de 2018, referente ao processo cível de nº 229661-98.2000.8.06.0001/0 referente a execução da obras do canal do trabalhador.

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	110.878	9.087	5.480	125.445
Adições	10.579	3.105	-	13.684
Juros	10.423	1.332	-	11.755
Baixas	(32.423)	(8.143)	(8.709)	(49.275)
Compensação com depósitos judiciais	(4)	1.750	3.229	4.975
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	99.453	7.131	-	106.584
Adições	<b>25.407</b>	<b>3.789</b>	-	<b>29.196</b>
Juros	<b>7.852</b>	<b>1.401</b>	-	<b>9.253</b>
Reclassificação para contas a pagar	<b>(51.527)</b>	-	-	<b>(51.527)</b>
Reversão	<b>(24.440)</b>	<b>(4.256)</b>	-	<b>(28.696)</b>
Pagamentos	<b>(3.312)</b>	<b>(864)</b>	-	<b>(4.176)</b>
Compensação com depósitos judiciais	<b>(1.495)</b>	<b>(1.287)</b>	-	<b>(2.782)</b>
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<b>51.938</b>	<b>5.914</b>	-	<b>57.852</b>

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **19. Provisão para contingências--Continuação**

O montante de R\$ 57.852 decorre, principalmente, de: a) cível – ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador, indenização por danos morais e materiais, danos ambientais, realinhamento contratual e b) trabalhistas – enquadramento no Nível 16, Grau I, Mestre Especialista, diferença salarial e verbas rescisórias.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

As provisões de causas tributárias foram baixadas por conta da adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária.

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 42.345 (R\$ 35.657 em 31 de dezembro de 2017).

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 19. Provisão para contingências--Continuação

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações contábeis. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31/12/2018	
0211039-14.2013.8.06.0001	(i)	Judicial	Cível	3.828
0838743-16.2014.8.06.0001	(ii)	Judicial	Cível	3.314
0002333-62.2015.8.06.0031	(iii)	Judicial	Cível	3.310
0044591-85.2012.8.06.0001	(iv)	Judicial	Cível	2.684
0832790-71.2014.8.06.0001	(v)	Judicial	Cível	1.927
0011726-36.2016.8.06.0173	(vi)	Judicial	Cível	1.584
0006713-38.2011.8.06.0171	(vii)	Judicial	Cível	1.512
0000387-54.2006.8.06.0101	(viii)	Judicial	Trabalhista	1.200
0500372-61.2011.8.06.0001	(ix)	Judicial	Cível	1.139
0066771-08.2006.8.06.0001	(x)	Judicial	Cível	933
Outros				31.185
				<b>52.616</b>

- i. Ação cível em que a requerente solicita reconhecimento de débito e reparação de danos por parte da CAGECE em virtude de atrasos no pagamento das medições, não pagamento dos reajustes contratuais previstos, não pagamento de juros e correção monetária, pagamentos feitos em atraso e paralisações nas obras de recuperação da ETE do Residencial Tatu Mundê, implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Conjunto Açude da Viúva I e II e do sistema de esgotamento sanitário do Loteamento Urucutuba I e II, no Município de Fortaleza-Ce.
- ii. Ação condenatória para readequação de valores relativos a dissídios coletivos de contrato de serviço terceirizado.
- iii. Ação referente à indenização do sistema de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário
- iv. Ação de rescisão contratual referente a serviços de execução do Emissário de Efluentes Industriais a ser implantado no Complexo Industrial do Porto do Pecém por parte da contratada.
- v. Ação de cobrança movida pela Allsan contra a Cagece, referente a serviços técnicos especializados de leitura de medidores com faturamento imediato, cujo objeto diz respeito às medições referentes ao período de julho a novembro de 2012, bem como os reajustes
- vi. Ação referente a danos no imóvel devido a um vazamento de água.
- vii. Ação para regularizar o fornecimento de água no município de tauá, mediante o cumprimento das indenizações estabelecidas no relatório da arce; requer ainda a indenização ao pagamento de indenização no valor de R\$ 500.000,00 por suposto descumprimento das normas do CDC.
- viii. Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004.
- ix. Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto.
- x. Ação de indenização pelas terras invadidas.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 20. Imposto de renda e contribuição social diferidos (Reapresentado)

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<u>Diferenças temporárias</u>						
Provisões para contingências	16.013	5.764	21.777	26.837	9.661	36.498
Provisões para perdas estoques	335	121	456	352	127	479
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.709	3.855	14.564	9.867	3.553	13.420
Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde	33.537	12.073	45.610	-	-	-
<u>Prejuízo fiscal e saldo negativo</u>	-	-	-	8.836	3.042	11.878
Total diferido ativo	<b>60.594</b>	<b>21.813</b>	<b>82.407</b>	45.892	16.383	62.275
<u>Diferenças temporárias</u>						
Variação cambial - exclusão regime de caixa	(501)	(180)	(681)	(9.045)	(3.256)	(12.301)
Obrigações com tarifa de contingência	15.796	15.025	30.821	11.022	8.790	19.812
<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<b>(185.437)</b>	<b>(66.757)</b>	<b>(252.194)</b>	<b>(196.222)</b>	<b>(70.640)</b>	<b>(266.862)</b>
Total diferido passivo	<b>(170.142)</b>	<b>(51.912)</b>	<b>(222.054)</b>	<b>(194.245)</b>	<b>(65.106)</b>	<b>(259.351)</b>
Total de imposto diferido líquido	<b>(109.548)</b>	<b>(30.099)</b>	<b>(139.647)</b>	<b>(148.353)</b>	<b>(48.723)</b>	<b>(197.076)</b>

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde**

O plano de assistência médica dos empregados da Cagece foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

Tipo de contratação: coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);

- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- Modalidade: ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- Acomodação: apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Em relação ao plano odontológico, temos que:

- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária.

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos beneficiários ativos e aposentados (bem como seus respectivos dependentes e agregados). Referida contribuição é reajustada anualmente, em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente – em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O valor da contribuição mensal (prêmio) pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o valor pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o valor do salário mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente – conforme ditames da Lei 9.656/98.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde–Continuação

Frente a severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), onde o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio – observada toda a massa com tal perfil.

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

<u>Ativos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>
Número	1.122	1.206
Idade Média	45	46
<b><u>Dependente de Ativos</u></b>		
Número	1.122	3.007
Idade Média	40	41
<b><u>Assistidos</u></b>		
Número	167	166
Idade Média	68	70
<b><u>Dependentes dos Assistidos</u></b>		
Número	141	121
Idade Média	53	58
<b><u>Assistidos – PRSP e PPA</u></b>		
Número	270	308
Idade Média	64	66
<b><u>Dependentes dos Assistidos– PRSP e PPA</u></b>		
Número	407	598
Idade Média	46	47

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde–Continuação

Em função do Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) – em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos – foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado. Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

a) Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

b) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para o plano assistencial – como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde–Continuação

c) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 2018 foi de 2,50%, com base na experiência de mercado da consultoria.

<b>Biométricas e Demográficas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>
Tábua de mortalidade geral	AT-83 Masculina	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Rotatividade	0,00%	0,00%
Composição familiar	Família Real	Família Real
Entrada em aposentadoria	Homens: 62 anos Mulheres: 62 anos	Homens: 63 anos Mulheres: 61 anos
Take-up	50,00%	56,45%

<b>Econômicas e Financeiras</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>
Custos Médicos Médios	Custos por idade	738 <sup>(i)</sup>
Taxa nominal de desconto atuarial	9,27%	9,14%
Inflação de Longo Prazo	4,03%	4,00%
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	2,68%	3,50%
Aging Factor (“Fator de envelhecimento”)	Não aplicável	2,50%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade	Não aplicável	Não aplicável

(i) Custo médico mensal posicionado na idade 60.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde–Continuação

d) Conciliação do saldo do Valor Presente da Obrigação Atuarial do plano

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica.

	Valor Presente das Obrigações Atuariais	Valor Justo dos Ativos do Plano	Limite de Ativo	Passivo / (Ativo) Líquido Total
1. Valor no início do exercício	97.689	-	-	97.689
2. Custo do serviço corrente	917	-	-	917
3. Custo dos juros	8.802	-	-	8.802
4. Ganhos ou perdas atuariais	(33.229)	-	-	(33.229)
5. Mudança de hipóteses	86.132	-	-	86.132
6. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(5.821)	-	-	(5.821)
<b>7. Valor no final do exercício</b>	<b>154.490</b>	-	-	<b>154.490</b>

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora – sob tempo determinado – em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31/12/2018:

<b>Valor presente da obrigação atuarial</b>	<b>154.490</b>
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(16.444)
<b>Valor presente da obrigação atuarial</b>	<b>138.046</b>

Desse modo, os ganhos/perdas apurado no exercício – para fins de demonstração nos Outros Resultados Abrangentes – ORA, deverá constar líquido da movimentação do valor de R\$16.444, durante o exercício de 2018, conforme quadro a seguir:

<b>Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) – 31/12/2017</b>	<b>13.679</b>
<b>Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA) – 31/12/2018</b>	<b>16.444</b>
Diferença apurada	(2.765)
Valor apurado em Outros Resultados Abrangentes – ORA	52.902
<b>Valor líquido em Outros Resultados Abrangentes – ORA</b>	<b>50.137</b>

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde–Continuação

e) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

<b>Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido</b>	<b>31/12/2018</b>
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2019	7.674
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2020	7.940
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021	5.431
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2022	5.360
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2023 ou posterior	128.085

f) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o próximo ano

<b>Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>
1. Custo do Serviço Corrente	917	3.903
2. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	8.803	13.766
3. Custo reconhecido no resultado	9.720	17.669

g) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

<b><u>Efeito do acréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto</u></b>	<b><u>R\$</u></b>
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	(307)
Efeito com o acréscimo de 0,25 p.p. valor presente das obrigações	(7.612)
<b><u>Efeito do decréscimo de 0,25 p.p. na taxa de desconto</u></b>	
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no custo dos juros	326
Efeito com o decréscimo de 0,25 p.p. no valor presente das obrigações	8.290
<b><u>Efeito na tábua biométrica do acréscimo da idade em um ano</u></b>	
Efeito com o acréscimo de um ano no custo dos juros	(699)
Efeito com o acréscimo de um ano no valor presente das obrigações	(7.850)
<b><u>Efeito na tábua biométrica do decréscimo da idade em um ano</u></b>	
Efeito com o decréscimo de um ano no custo dos juros	725
Efeito com o decréscimo de um ano no valor presente das obrigações	8.139
<b><u>Efeito do acréscimo de 0,25% no Aging Factor</u></b>	
Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros	1.040
Efeito com o acréscimo de 0,25% p.p. valor presente das obrigações	11.675
<b><u>Efeito do decréscimo de 0,25% no Aging Factor</u></b>	
Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no custo dos juros	(972)
Efeito com o decréscimo de 0,25% p.p. no valor presente das obrigações	(10.905)

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **22. Capital social**

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente, de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Em 27 de abril de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R\$ 109.525, sendo R\$ 16.847 referente à capitalização de incentivos fiscais, R\$ 76.154 oriundos da retenção de lucros de 2016 e 2017 e R\$ 16.524 da distribuição dos dividendos obrigatórios do exercício 2017. Nesta data, o capital social da Companhia passou para R\$ 1.869.622 dividido em 178.062.941 ações ordinárias e 56.806 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 22. Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada para 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 da seguinte forma (quantidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2018		Ordinárias	Preferenciais	31/12/2017	
			Total	%			Total	%
Estado do Ceará	158.087.682	38.637	158.126.319	88,65%	150.202.971	38.526	150.241.497	88,64%
Município de Fortaleza	19.974.965	-	19.974.965	11,15%	18.978.689	-	18.978.689	11,14%
Outros	294	18.169	18.463	0,20%	294	18.169	18.463	0,22%
	<b>178.062.941</b>	<b>56.806</b>	<b>178.119.747</b>	<b>100,00%</b>	<b>169.181.954</b>	<b>56.695</b>	<b>169.238.649</b>	<b>100,00%</b>

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,65% do capital social votante da Companhia (2017: 88,64%), conforme composição discriminada abaixo (valor do capital):

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2018		Ordinárias	Preferenciais	31/12/2017	
			Total	%			Total	%
Estado do Ceará	1.649.320	8.097	1.657.417	88,65%	1.552.108	8.069	1.560.177	88,64%
Município de Fortaleza	208.395	-	208.395	11,15%	196.111	-	196.111	11,14%
Outros	3	3.807	3.810	0,20%	3	3.806	3.809	0,22%
	<b>1.857.718</b>	<b>11.904</b>	<b>1.869.622</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.748.222</b>	<b>11.875</b>	<b>1.760.097</b>	<b>100,00%</b>

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 23. Reserva de lucros (Reapresentado)

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal e estatutária, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, e de incentivos fiscais, conforme a seguir:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0086/2017, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de modernização de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 528.001.800 m<sup>3</sup>/ano, correspondente a 100% da capacidade do empreendimento modernizado, a partir do ano-calendário de 2017, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2026.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 23. Reserva de lucros (Reapresentado) - Continuação

#### d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

	<b>Saldo</b>		<b>Saldo</b>		<b>Saldo</b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>Realização</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Realização</b>	<b>31/12/2018</b>
<b><u>Ativo não circulante</u></b>					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	826.836	(41.949)	784.887	<b>(43.138)</b>	<b>741.749</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>					
Impostos diferidos	(281.125)	14.263	(266.862)	<b>14.667</b>	<b>(252.195)</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>					
Ajuste de avaliação patrimonial	545.711	(27.686)	518.025	<b>(28.471)</b>	<b>489.554</b>

#### e) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro líquido do exercício (antes da reapresentação)	<b>132.714</b>	47.148
Base de cálculo da reserva legal	<b>132.714</b>	47.148
Reserva legal (5%)	<b>(6.636)</b>	(2.357)
Reserva de incentivos fiscais	<b>(25.975)</b>	(6.372)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<b>28.471</b>	27.686
Base de cálculo para os dividendos	<b>128.574</b>	66.105
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<b>32.144</b>	16.526

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Dividendos por ações ON e PN</b>			
Governo do Ceará	28.528	8	28.536
Prefeitura de Fortaleza	3.605	-	3.605
Outros	-	3	3
<b>Total por ações</b>	<b>32.133</b>	<b>11</b>	<b>32.144</b>

	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>31/12/2017</b>
Governo do Ceará	14.667	4	14.671
Prefeitura de Fortaleza	1.853	-	1.853
Outros	-	2	2
<b>Total por ações</b>	<b>16.520</b>	<b>6</b>	<b>16.526</b>

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 24. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);
- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta – água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

### 25. Imposto de renda e contribuição social (Reapresentado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto	<b>108.240</b>	15.531
Alíquota fiscal combinada	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<b>36.802</b>	5.281
Despesas indedutíveis	<b>32.864</b>	20.354
Realização do custo atribuído	<b>14.667</b>	14.263
Outras despesas não dedutíveis	<b>1.102</b>	921
Constituição (reversão) de provisões indedutíveis	<b>(14.721)</b>	(8.104)
Benefícios fiscais	<b>(1.308)</b>	(992)
Outros itens	<b>68</b>	42
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>69.474</b>	31.765
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	<b>(25.975)</b>	(6.372)
	<b>43.499</b>	25.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(23.696)</b>	(20.917)
Encargo fiscal	<b>19.803</b>	4.476
Alíquota efetiva	<b>18,30%</b>	28,82%

A alíquota de imposto média em 31 de dezembro de 2018 é de 18,30% (28,82% em 31 de dezembro de 2017).

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 26. Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contratado pelo Governo junto à Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 17.ii).

b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato.
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no período findo em 31 de dezembro de 2018, correspondeu a R\$10.941(R\$9.571 em 31 de dezembro de 2017) e está registrada na rubrica “custos dos serviços prestados da demonstração de resultado”.
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais.

### 27. Honorários da Administração

Conforme publicação em Diário Oficial a remuneração para os Administradores ficou em R\$ 13 mensais aos diretores e de R\$17 mensais ao presidente. Permanecendo a remuneração dos Conselheiros Administrativos e Fiscais no valor R\$ 5 mensais para cada Conselheiro, em atendimento à Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme os mesmos critérios anteriormente aprovados em 2016.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 27. Honorários da Administração--Continuação

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, em 31 de dezembro de 2018, totalizou em R\$3.029 (R\$ 2.810 em 31 de dezembro de 2017), registrado na rubrica “Despesas administrativas da demonstração de resultado”.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 2018 e 2017, a Companhia não pagou a suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego e d) remuneração baseada em ações.

Para maiores informações sobre os planos de benefícios da Companhia verificar notas 21 e 29.

### 28. Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros – contratos de concessão	<b>224.361</b>	<b>224.361</b>	191.124	191.124
Contas a receber de clientes	<b>269.913</b>	<b>269.913</b>	258.169	258.169
Caixa e equivalentes de caixa	<b>1.206</b>	<b>1.206</b>	1.088	1.088
Aplicações financeiras	<b>162.905</b>	<b>162.905</b>	40.865	40.865
Depósitos vinculados a convênios	<b>78.381</b>	<b>78.381</b>	61.595	61.595
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria – PRSP	<b>98.725</b>	<b>98.725</b>	74.976	74.976
Empréstimos e financiamentos	<b>397.096</b>	<b>3988.997</b>	413.802	416.298
Fornecedores	<b>124.618</b>	<b>124.618</b>	124.007	124.007
Obrigações com clientes	<b>3.558</b>	<b>3.558</b>	3.879	3.879

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 28. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições financeiras	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6% a 8% + taxa adm de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	160	8,80%
Santander	Operação Finame: TJLP 2,10% + 3% (remuneração do agente)	43 a 45	11,06%
Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm + 2% risco de crédito	27	8,80%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	Juros de 1,81% a.a. + TJLP; ii) 2,71% a.a. + TJLP	68	9,80%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	i) Juros de 3,69% a.a. + 1,15% (spread BID); ii) juros de 0,84% a.a. + 1,15% a.a (Spread BID) + Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	130	3,42% e 3,44%

### 29. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 29. Previdência complementar--Continuação

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à Cageprev de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$3.350 (R\$2.906 em 31 de dezembro de 2017). A Cageprev encerrou em 31 de dezembro de 2018 com 1.459 participantes (1.439 em 31 de dezembro de 2017), sendo 1.378 (1.365 em 31 de dezembro de 2017) ativos e 81 (74 em 31 de dezembro de 2017) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$202.109 (R\$177.069 em 31 de dezembro de 2017).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela Cageprev, a qual emitiu parecer datado de 07 de fevereiro de 2019, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da Cageprev.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<u>31/12/2018</u>
Taxa real anual de juros	5,25% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83

## 30. Lucro por ação básico e diluído (Reapresentado)

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 30. Lucro por ação básico e diluído (Reapresentado) - Continuação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	<b>88.406</b>	11.051
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	<b>31</b>	4
	<b>88.437</b>	11.055
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>175.843</b>	168.588
Média ponderada de número de ações preferenciais	<b>57</b>	57
	<b>175.900</b>	168.645
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	<b>0,5028</b>	0,0655
Ação preferencial	<b>0,5530</b>	0,0721

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

### 31. Receitas de serviços (Reapresentado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	<b>960.908</b>	841.792
Receita de serviços de esgotamento sanitário	<b>409.287</b>	335.749
Receita de construção	<b>79.184</b>	102.359
	<b>1.449.379</b>	1.279.900
Impostos sobre vendas	<b>(124.996)</b>	(108.708)
Receita líquida	<b>1.324.382</b>	1.171.192

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará. Adicionalmente, não foram identificados impactos significativos dos CPCs 47 e 48.

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 32. Custos dos serviços prestados (Reapresentado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Insumos	<b>(224.128)</b>	(219.136)
Serviços	<b>(215.477)</b>	(195.052)
Depreciação e amortização	<b>(145.049)</b>	(140.246)
Pessoal	<b>(106.423)</b>	(100.526)
Materiais	<b>(23.748)</b>	(23.513)
Custos gerais	<b>(24.175)</b>	(24.566)
Concessão	<b>(10.941)</b>	(9.570)
Tarifa de contingência diferida	<b>42.331</b>	40.627
Custos operacionais	<b>(707.611)</b>	(671.982)
(-) Créditos de PIS e COFINS	<b>45.876</b>	44.105
Custos operacionais líquidos	<b>(661.735)</b>	(627.877)
Custos de construção	<b>(79.184)</b>	(102.359)
	<b>(740.919)</b>	(730.236)

O grupo Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços.

Na conta de serviços de cortes e ligações começaram a vigorar a partir de dezembro de 2017 três novos contratos. Os objetos desses contratos constituem serviços de corte, religação e supressão de ligações prediais de água, de clientes inadimplentes, com fornecimento de materiais e equipamentos. Na conta de serviços técnicos profissionais, houve a contratação de serviços, cujo objeto é de consultoria técnica para apoio técnico à supervisão e fiscalização das obras das sub-bacias CD-1, CD-2, CD-3, CE-4 e CE-5.

### 33. Despesas comerciais (Reapresentado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços	<b>(89.748)</b>	(75.819)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	<b>(37.343)</b>	(30.297)
Pessoal	<b>(24.788)</b>	(23.546)
Gerais	<b>(6.424)</b>	(7.726)
	<b>(158.303)</b>	(137.388)

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 34. Despesas administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(163.200)	(153.782)
Serviços	(63.286)	(59.859)
Causas judiciais	(2.370)	(13.669)
Gerais	(7.654)	(3.525)
Tributária	(23.112)	(31.762)
Transportes	(8.208)	(7.162)
Depreciação e amortização	(3.207)	(2.710)
Honorários da administração	(3.029)	(2.810)
	<u>(274.066)</u>	<u>(275.279)</u>

### 35. Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Reapresentado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	9.478	6.422
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 11)	19.451	15.800
Juros recebidos de clientes	14.894	11.804
Atualização monetária	(637)	(1.527)
Juros tarifa de contingência	(1.195)	(922)
Variação cambial ativa	38.571	22.978
	<u>80.562</u>	<u>54.555</u>
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(23.903)	(24.243)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(9.200)	(6.469)
Atualização monetária (a)	(9.839)	(1.654)
Variação cambial passiva (b)	(71.279)	(25.346)
Outras (c)	1.548	(1.360)
	<u>(112.673)</u>	<u>(59.072)</u>
	<u>(32.111)</u>	<u>(4.517)</u>

- (a) O aumento na despesa de atualização monetária se refere as atualizações dos processos judiciais cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 9.253.
- (b) O aumento da variação cambial passiva deve-se a variação do dólar em 17,12%. Em 31 de dezembro de 2018 a moeda estadunidense era R\$ 3,8742 (R\$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) A variação em outras despesas financeiras é decorrente de estorno de descontos concedidos em campanhas comerciais de clientes que não cumpriram com as regras estabelecidas na negociação

# Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## 36. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

## 37. Eventos subsequentes

- a) Em julho de 2019, a Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão de três temas a seguir:

- (i) Utilização de taxas de depreciação supostamente incorretas;
- (ii) Ganhos decorrentes da avaliação de ativos a valor justo (AVJ); e
- (iii) Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ e da CSLL foi no montante de R\$ 602.044 e R\$ 216.736, respectivamente, considerando principal, juros e multa de ofício.

Conforme os consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

- b) Em outubro de 2019, a Companhia renovou a concessão de sete municípios (Aquiraz, Caucaia, Guaiuba, Nova Olinda, Pacatuba, Paracuru e Paraipaba), com prazo médio de 35 anos. Em novembro de 2019, a Companhia renovou a concessão do município de Fortaleza, Carnaubal, São Benedito, Guaraciaba do Norte, Ibiapina e Trairi. Abaixo estão apresentados os prazos em anos e as datas de vencimento das concessões renovadas posterior a 31 de dezembro de 2018:

Municípios	Data de Assinatura	Prazos em anos	Data de vencimento
Aquiraz	04/10/2019	35	03/10/2054
Caucaia	07/10/2019	36	06/10/2055
Guaiuba	04/10/2019	35	03/10/2054
Nova Olinda	02/10/2019	35	01/10/2054
Pacatuba	02/10/2019	35	01/10/2054
Paracuru	04/10/2019	35	03/10/2054
Paraipaba	01/10/2019	35	30/09/2054
Fortaleza	04/11/2019	35	03/11/2054
Trairi	08/11/2019	35	07/11/2054
Carnaubal	19/11/2019	30	18/11/2049
Guaraciaba do Norte	19/11/2019	30	18/11/2049
São Benedito	19/11/2019	30	18/11/2049
Ibiapina	26/11/2019	30	25/11/2049

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite  
Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
Diretor de Planejamento e  
Captação de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado e Unidade de  
Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez  
Diretor de Unidade de Negócio  
do Interior

José Carlos Lima Asfor  
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini  
Diretor de Gestão Corporativa

Victor Diego Soares de Almeida  
Diretor Jurídico

Pedro Henrique Leite Gomes  
Contador CRC/CE 018577/O-8

André Lopes Camurça  
Gerente de Contabilidade (Interino)

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2018

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Fortaleza, 12 de dezembro 2019.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite  
Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
Diretor de Gestão Corporativa

Cláudia Elizângela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado e Unidade de  
Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez  
Diretor de Unidade de Negócio  
do Interior

José Carlos Lima Asfor  
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini  
Diretor Financeiro de Relações com  
Investidores

Victor Diego Soares de Almeida  
Diretor Jurídico

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Declaração dos Diretores sobre o Relatório  
dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite  
Diretor de Operações

Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
Diretor de Planejamento e Captação  
de Recursos

Cláudia Elizângela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado e Unidade de  
Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez  
Diretor de Unidade de Negócio  
do Interior

José Carlos Lima Asfor  
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini  
Diretor Financeiro de Relações com  
Investidores

Victor Diego Soares de Almeida  
Diretor Jurídico

## Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Relatório Anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI 2019

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

### Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE é órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, tendo sido implantado nesta Companhia em julho de 2018, com atuação independente, possuindo arrimo nas normas estabelecidas pela Lei Federal de nº 13.303/2016, bem como no Estatuto Consolidado da Companhia de Água e Esgoto do Ceará disponível no site oficial da mesma.

O COAUDI é integrado por 03 membros, sendo: Clara Germana Gonçalves Rocha, na qualidade de Coordenadora do COAUDI, Lilia Palmeira Pinheiro e Sarah Feitosa Cavalcante de Andrade, na qualidade de membros do COAUDI com mandato até 31 de julho de 2020, as quais aprovaram as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018;

O COAUDI tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação aos critérios de governança aplicáveis.

A empresa Ernst Young foi a responsável pela auditoria independente das Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2018 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

### Principais atividades do COAUDI no exercício

Face às peculiaridades próprias de um primeiro ano de atividades, o COAUDI desenvolveu um intenso processo de conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo dos meses de atividade, o COAUDI manteve diversas reuniões formais com coordenadores e gerentes da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Relatório Anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI 2019 Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, adicionalmente com a CAGEPREV. Em relação à Auditoria Externa, este comitê não teve nenhuma reunião.

Nessas reuniões foram abordados, vários outros, assuntos, aqueles relacionados com as Demonstrações Financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos Membros do COAUDI com a auditoria interna foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das Demonstrações Contábeis do trimestre encerradas em 30 de setembro, bem como a anual, para o ano findo em 31 de dezembro de 2018 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Tão logo apresentadas as demonstrações financeiras e respectivo balanço financeiro do exercício de 2018, em março de 2019, esse COAUDI, conforme suas prerrogativas e disposições legais, apresentou à presidência e ao Conselho de Administração minucioso relato impresso, destacando as atividades, resultados e recomendações, com esteio nos dados e informações apresentados pelos relatórios técnicos dos Auditores Internos e dos Independentes, bem como, das informações fornecidas durante as reuniões mensais, realizadas desde Agosto/2018.

### **Conclusões**

As opiniões e julgamentos do COAUDI repousam nos dados e informações que lhe foram apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna e externa).

Com relação à Auditoria Externa, o COAUDI não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à CAGECE, bem como não tem conhecimento de quaisquer divergências significativas, de natureza contábil e de divulgação das Demonstrações Financeiras, entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio COAUDI.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUDI considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, considerando-se as particularidades próprias do período de transição para a plena adoção da Lei nº 13.303/16.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação, no transcorrer de 2018 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Para 2019, no entanto, estes assuntos receberão ampla atenção e alocação de investimentos voltados ao aprimoramento no seu escopo de atuação, na sua estrutura operacional e na capacitação técnica dos profissionais envolvidos nestas atividades.

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Relatório Anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI 2019

Guardadas as limitações e peculiaridades de seus primeiros meses de atividade (Julho a Dezembro de 2018), o COAUDI considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhada do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

Clara Germana Gonçalves Rocha  
Coordenadora

Sarah Feitosa Cavalcante de Andrade  
Membra

Líliá Palmeira Pinheiro  
Membra

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, a partir do dia 15/03/2019, sexta-feira, data do seu encaminhamento a este Comitê, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis; Demonstrações contábeis auditadas; Balanço patrimonial; Demonstração do resultado; Demonstração do resultado abrangente; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Demonstração do valor adicionado; e Notas explicativas às demonstrações contábeis, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nos exames efetuados, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, durante todo o exercício social e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 12 de dezembro de 2019, que considerou que não houve distorção relevante no Relatório da Administração, portanto, nada relatando a este respeito, este Comitê de Auditoria opina favoravelmente à aprovação do Relatório de Auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras da CAGECE de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, visto que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendamos a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, a ser submetida à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da CAGECE.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

Clara Germana Gonçalves Rocha  
Coordenadora

Sarah Feitosa Cavalcante de Andrade  
Membra

Líliá Palmeira Pinheiro  
Membra

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Parecer do Conselho de Administração sobre as  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e do Relatório dos Auditores Independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, datado de 12 de dezembro de 2019.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria independente, concluíram que as Demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

André Macêdo Facó  
Presidente

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Conselheiro

Antonio Ferreira Silva  
Conselheiro

Ricardo Eleutério Rocha  
Conselheiro

Eduardo Sávio Passos Rodrigues  
Conselheiro

Adeilson Rolim de Souza  
Conselheiro

Delano Macedo de Vasconcellos  
Conselheiro

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Parecer do Conselho Fiscal sobre as  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e do Relatório dos Auditores Independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, datado de 09 de abril de 2020.

Com base nos documentos examinados, concluíram que as Demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 12 de dezembro de 2019.

Paulo Henrique Lustosa  
Conselheiro Efetivo

César Almeida de M. Silva  
Conselheiro Efetivo

José Elcio Batista  
Conselheiro Efetivo

João de Aguiar Pupo  
Conselheiro Efetivo

Francisco Quintino Vieira Neto  
Conselheiro Efetivo